



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Maysa Anacleto de Oliveira da Silva

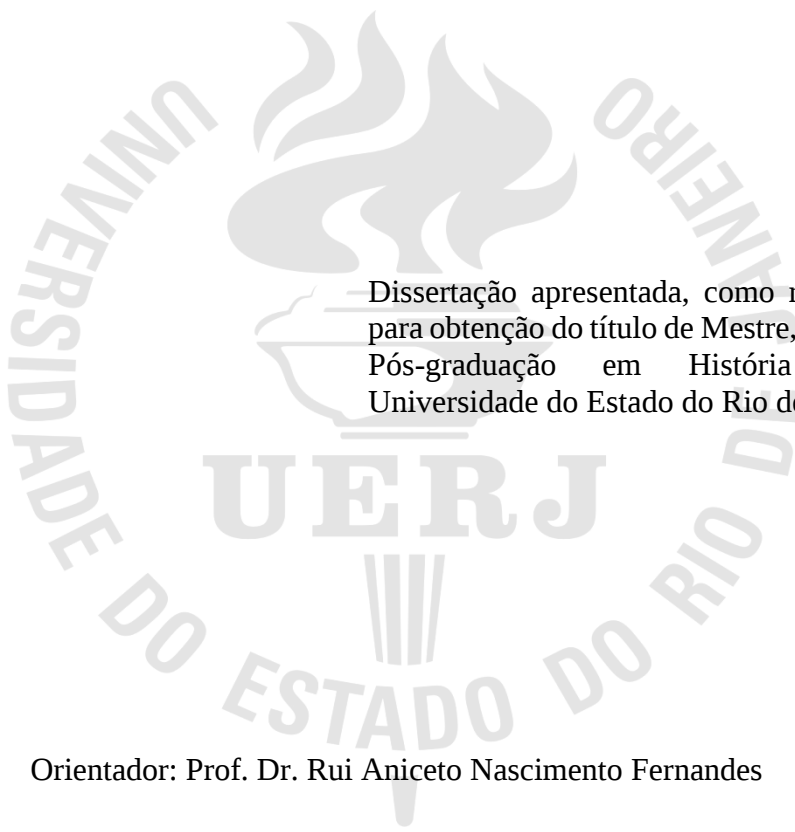
**A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória
e poder no Brasil na década de 1930.**

São Gonçalo

2024

Maysa Anacleto de Oliveira da Silva

**A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no
Brasil na década de 1930.**



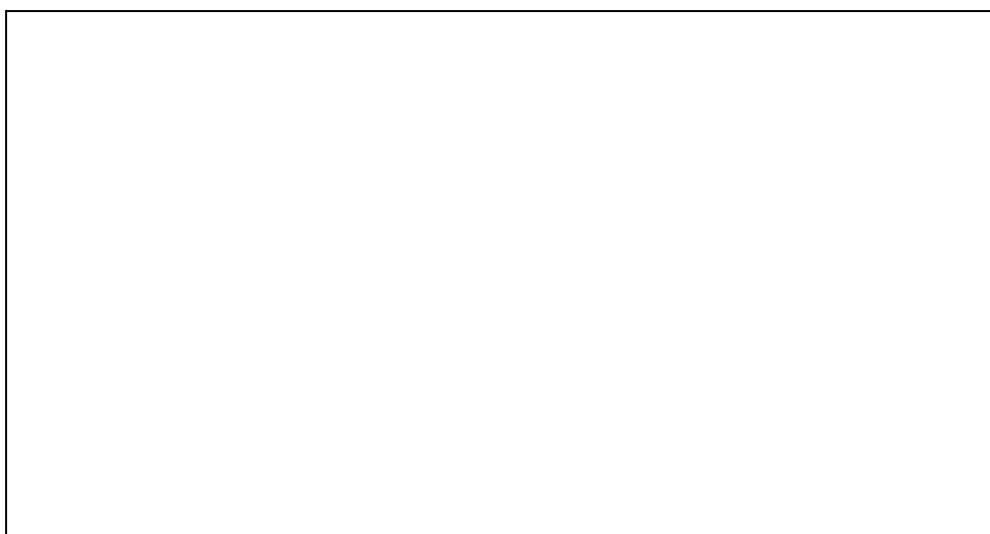
Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-graduação em História Social, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP



Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maysa Anacleto de Oliveira da Silva

**A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no
Brasil na década de 1930.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-graduação em História Social da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Martha Campos Abreu
Instituto de História – UFF

Prof. Dr. Lia Calabre
Fundação Casa de Rui Barbosa

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

À Raphael e Rebeca, minhas bases.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois tem me sustentado com tua graça e misericórdia, me fortalecendo nos momentos difíceis.

Ao meu esposo Raphael que esteve presente no desde o início dessa caminhada, me incentivando e entendendo, e a minha filha Rebeca por renovar minhas forças apenas com um sorriso.

À minha mãe que me concebeu a vida e que à sua maneira acreditou nos meus sonhos.

Sou grata ao PPGHS e aos professores que ministraram as disciplinas ao longo do curso.

Ao meu orientador Rui Aniceto Nascimento Fernandes, que com sua paciência e compreensão me ofereceu mais que um norte, me fazendo acreditar em meu potencial.

RESUMO

SILVA, Maysa Anacleto de Oliveira. *A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no Brasil na década de 1930*. Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes. 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O patrimônio e a memória fazem parte de distintas sociedades e na maioria dos casos são tratados como alicerces sociais. O presente trabalho aborda a relação existente entre patrimônio e memória e suas implicações no Brasil na década de 1930 no período do Estado Novo. Esse regime teve como característica a centralização política e por meio da adoção do ideal de nação buscou a sua legitimação. Nessa dinâmica, a participação de intelectuais no governo, bem como a criação de um serviço de proteção a bens patrimoniais foram fundamentais. A intenção desse estudo é evidenciar quais motivações e ideologias estavam presentes no momento da criação de uma identidade nacional baseada em adoção de políticas culturais, dentre elas a preservação patrimonial. O objetivo é discutir o papel da preservação patrimonial nessa construção de memórias. Considerando os contextos sociais e políticos, será levantada a hipótese da existência de um enquadramento memorial pelo Estado por meio da preservação de bens.

Palavras-chave: patrimônio; memória; preservação patrimonial; enquadramento da memória, Estado Novo.

ABSTRACT

SILVA, Maysa Anacleto de Oliveira. *The preservation of heritage and the construction of the national past: memory and power in Brazil in the 1930s*. Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes. 2024. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Heritage and memory are part of different societies and in most cases are treated as social foundations. This work addresses the relationship between heritage and memory and its implications in Brazil in the 1930s during the Estado Novo period. This regime was characterized by political centralization and, through the adoption of the ideal of nation, sought its legitimization. In this dynamic, the participation of intellectuals in the government, as well as the creation of a service to protect heritage assets, were fundamental. The intention of this study is to highlight which motivations and ideologies were present at the time of creating a national identity based on the adoption of cultural policies, including heritage preservation. The objective is to discuss the role of heritage preservation in this construction of memories. Considering the social and political contexts, the hypothesis of the existence of a memorial framework by the State through the preservation of assets will be raised.

Keywords: heritage; memory; heritage preservation; framework of memory; Estado Novo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Participação nas reuniões do Conselho Consultivo (1938)	60
Tabela 2 –	Bens tombados pelo Conselho Consultivo do SPHAN (1938)	61
Tabela 3 –	Artigos da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
	– Número 1.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES	Ministério da Educação e Saúde
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.....	18
1.1	A relação entre patrimônio e memória.....	18
1.2	Práticas preservacionistas.....	24
1.3	O SPHAN e seus mecanismos de atuação.....	29
2	POLÍTICAS CULTURAIS DO ESTADO NOVO.....	37
2.1	O nacional como fundamento enraizador.....	37
2.2	A instrumentalização da cultura.....	44
3	A CONSTRUÇÃO DO PASSADO E O SPHAN.....	56
3.1	Duas esferas de legitimação para o ideário patrimonial: O Conselho Consultivo do SPHAN e a Revista do Patrimônio.....	56
3.2	O enquadramento da memória nacional.....	73
	CONCLUSÃO.....	82
	REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

Levando em consideração a relação existente entre memória e patrimônio, o interesse em realizar esse estudo surgiu mediante as relações de poder que integram a constituição da memória social. Esses processos mnemônicos, essenciais para a formação e consolidação identitária, evidenciam distintas motivações e são alvo de disputas sociais e políticas.

Os grupos sociais estão ancorados na memória, pois esta lhes confere identidade, para tanto os meios de memória são essenciais nesse processo. Daí a importância do patrimônio para a edificação da identidade nacional. Os valores atribuídos aos bens patrimoniais no momento de sua preservação, compõem parte do imaginário de uma nação. Esse simbolismo coopera para a disseminação de lembranças comuns aos membros de um grupo, de uma sociedade.

A memória é parte fundamental de um indivíduo, de um grupo social e de um país. A ligação entre patrimônio e memória proporciona a construção de uma história. Esse processo de construção de memória resulta em um sentimento de pertencimento e identidade. Memória e patrimônio compõem parte fundamental dessa pesquisa, bem como os seus usos. Pode-se considerar que há poder no processo de criação e invenção de memórias, e esse poder é exercido por pessoas de grande influência social.

O conceito de patrimônio cultural transcende a simples preservação de edifícios históricos ou objetos de valor artístico; ele abrange um espectro mais amplo que inclui tradições, práticas, conhecimentos e expressões que são parte integrante da identidade de uma sociedade. A memória coletiva, por sua vez, é o fio condutor que liga o presente ao passado, permitindo que as gerações atuais compreendam e valorizem suas raízes culturais. No Brasil, um país de vastas e diversas heranças culturais, a interseção entre patrimônio e memória tem sido um tema central na construção e reafirmação da identidade nacional.

O Estado Novo (1937-1945), período de governo autoritário liderado por Getúlio Vargas no Brasil, representou uma fase crucial na consolidação de uma identidade nacional unificada. Durante esses anos, o regime implementou uma série de políticas culturais, educacionais e econômicas que visavam não apenas modernizar o país, mas também criar um senso de unidade e identidade entre os brasileiros. O discurso oficial do Estado Novo buscava integrar uma nação diversa e fragmentada, promovendo valores de nacionalismo, progresso e ordem.

A construção da identidade nacional durante o Estado Novo foi um processo complexo e multifacetado, envolvendo a centralização do poder, a repressão de opositores e a utilização de mecanismos de propaganda para difundir a ideologia do regime. As políticas culturais

desempenharam um papel essencial nesse contexto, com a criação de instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que foram fundamentais para a promoção de uma narrativa nacionalista e a valorização do patrimônio cultural brasileiro.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 marcou um ponto de inflexão na abordagem do Brasil à preservação cultural, estabelecendo um marco institucional para a proteção de bens culturais. A preservação do patrimônio cultural não é uma tarefa meramente técnica, mas envolve escolhas políticas, econômicas e sociais que refletem os valores e prioridades de uma sociedade.

A intenção dessa pesquisa é produzir reflexões sobre a criação da memória nacional durante o Estado Novo, tendo como meios disseminadores de identidade social os bens patrimoniais. Essa construção de memórias comuns com a finalidade de promover uma integração e propiciar elementos de ligação entre as pessoas residentes de um mesmo território, é um processo dotado de subjetividade. A ideia é sobre o controle da memória através da preservação dos bens patrimoniais, mais precisamente no momento em que o Brasil institucionalizou a preservação patrimonial por meio do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937. Com o propósito de analisar quais as motivações e ideais presentes na escolha daquilo que faria parte da memória que estava sendo edificada, bem como as características desse processo.

Para isso foram investigadas as seguintes fontes: O Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que é constituído de 30 artigos no qual estão dispostas informações acerca do patrimônio brasileiro; O anteprojeto de Mário de Andrade que foi elaborado a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, pode-se considerar que esse documento serviu de base para o documento que institucionalizou a patrimonialização brasileira; As primeiras atas do Conselho Consultivo do SPHAN que foram produzidas no ano de 1938, no total são 6 atas. Nelas contém o registro dos assuntos que eram debatidos nas reuniões do Conselho; A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 1: Esse é o primeiro exemplar da Revista e foi elaborado no ano de fundação do órgão de proteção ao patrimônio (1937), é composta por 204 páginas e nela consta uma coletânea de textos relacionados à visão de patrimônio difundida na época.

Estando a preservação patrimonial associada a construção de memórias, a seleção dos bens patrimoniais determina aquilo que fará parte da memória de um grupo social. Assim, seguindo a linha desse trabalho, busco questionar: quais elementos foram escolhidos para a composição da memória nacional brasileira na década de 1930? E ainda, tratando a memória

como uma construção, seria a preservação patrimonial uma maneira de enquadrar a memória de uma sociedade?

O passado é edificado no presente, e os objetivos pretendidos no tempo atual tem a capacidade de determinar os elementos que farão parte do passado e o futuro de um grupo que possui características de ligação comuns. Pode-se considerar que a memória tem uma natureza suscetível, pois esta pode ser tida como um instrumento e como tal é totalmente influenciada pelos anseios do presente.

Nesse contexto, é de grande relevância compreender os processos que culminaram na memória nacional, pois as nossas rememorações são resultadas da memória individual e coletiva. Tendo em vista o poder embutido na memória, os grupos ou atores que conduzem a criação das significações e memórias coletivas tendem a enquadrar a memória, pois esta favorece uma coesão social. Assim, as memórias comuns que os indivíduos carregam são uma mistura de criação individual e de grupos dominantes. Logo, a memória nacional construída para a sociedade brasileira em 1937 e que perdura até os dias de hoje, foi uma memória edificada por um grupo e que levou em consideração seus anseios e ideais. Memória essa, carregada de poder e autoridade.

Ao longo desta dissertação, serão examinadas as políticas públicas de preservação patrimonial, os desafios enfrentados na proteção e valorização do patrimônio cultural e as estratégias de mobilização social para a defesa da memória coletiva no período inicial de atuação do SPHAN. Serão abordadas as complexidades e tensões inerentes ao campo do patrimônio e da memória, bem como o papel das instituições, comunidades e indivíduos na construção e manutenção desse legado. Para isso foi realizada uma pesquisa documental ao arquivo do IPHAN objetivando encontrar registros, cartas, atas que retratam o período da análise. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico de obras relacionadas ao tema, seguido de uma leitura minuciosa, tratando as fontes e os textos como discursos.

A análise crítica desses elementos permitirá compreender como o patrimônio cultural e a memória coletiva podem servir como instrumentos de coesão social, resistência e identidade em um país marcado por profundas desigualdades e diversidades culturais. A partir dessa reflexão, busca-se contribuir para o debate sobre a importância do patrimônio e da memória na construção de uma sociedade.

Ao compreender as dinâmicas e os legados do Estado Novo na construção da identidade nacional, esta dissertação pretende contribuir para uma visão mais ampla sobre os processos de formação de identidade em contextos autoritários e a importância da cultura e da memória na consolidação de projetos nacionais. Além disso, o estudo busca refletir sobre as implicações

dessas políticas para a sociedade brasileira naquela época, destacando a relevância de um olhar crítico sobre o passado.

Essa reflexão encontra-se dividida em três capítulos que tratam de questões relevantes para o seu encadeamento. No primeiro capítulo é feita uma associação entre os conceitos de patrimônio e memória, para tanto é abordado como a ideia de patrimônio cultural se apresentou ao longo da história. É evidenciado que o hábito de selecionar e guardar aquilo que tem significado remonta há tempos antigos, onde diferentes sociedades preservavam e transmitiam suas heranças às gerações futuras. Nesse sentido, os antiquários, amantes e colecionadores de tradições antigas, desempenharam um papel fundamental nesse processo, guardando objetos históricos e criando narrativas a partir deles. Esses especialistas valorizavam os itens pela sua raridade, condição, historicidade e autenticidade, e suas práticas influenciaram o desenvolvimento dos ideais patrimoniais modernos.

Aqui também será examinada a maneira como preservação patrimonial foi institucionalizada, perpassando pela experiência europeia até chegar nas práticas brasileiras. A preservação do patrimônio cultural inicialmente focava em monumentos e locais com significado histórico, geralmente vinculados a eventos políticos ou religiosos e mantidos por segmentos sociais dominantes como a Igreja e a aristocracia. No Brasil, a preocupação patrimonial ganhou força nos anos 1920, com a influência do movimento modernista e a atuação de figuras como Mário de Andrade.

Andrade via o patrimônio como uma fonte dinâmica de inspiração cultural, destacando a importância das tradições populares e do folclore na construção da identidade nacional. Ele propunha uma preservação que não se limitasse à materialidade, mas que também valorizasse a diversidade cultural brasileira. O decreto-lei criou formalmente o SPHAN, delineando sua estrutura e funções, atribuindo-lhe a responsabilidade de identificar, proteger, conservar e restaurar os bens considerados patrimônio nacional. Embora o texto tenha influências do anteprojeto de Mário de Andrade, ele não foi adotado em sua totalidade.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, nomeado diretor do SPHAN em 1937, foi fundamental para o sucesso inicial da instituição e para a consolidação da política de preservação no Brasil. Uma das principais inovações do decreto que criou o órgão foi a instituição do processo de tombamento, cujo principal objetivo era assegurar a proteção dos bens de forma jurídica. O tombamento é o ato administrativo de reconhecimento e conservação de um bem, garantindo que não sejam alterações que possam comprometer sua integridade. Nesse período inicial, o valor estético foi um critério importante na seleção dos bens tombados, com destaque para o estilo barroco. Os primeiros tombamentos realizados pelo SPHAN em

1937 englobaram uma série de monumentos de grande importância histórica e artística, que em sua maioria remontavam ao período colonial. Esses tombamentos contribuíram para a consolidação das políticas de preservação no Brasil.

Os patrimônios históricos selecionados reforçavam o ideal nacional e os monumentos desempenharam um papel central na criação das histórias das nações. A construção da memória e a proteção do patrimônio são interdependentes. O patrimônio não apenas simboliza ou representa ideias, mas também atua como mediador entre diferentes oposições, como entre passado e presente. Ele tem a capacidade de construir memórias e formar identidades. No decorrer desse capítulo é possível perceber que a evolução da preservação patrimonial reflete as mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo.

O segundo capítulo irá retratar o contexto histórico e político de 1937, demonstrando a necessidade da construção de um passado e apontar que tal ação foi viabilizada pelas políticas culturais adotadas pelo governo, incluindo a preservação patrimonial. A ideologia do Estado Novo demandou um líder carismático para unificar a nação e promover o progresso. Soma-se a isso, a instrumentalização do nacionalismo para consolidar o poder e justificar as medidas autoritárias. A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a promoção de uma identidade nacional foram aspectos centrais do regime, que visava legitimar-se através da recuperação da história do Brasil e da valorização da memória coletiva, utilizando símbolos nacionais e narrativas históricas.

Nessa empreitada tem destaque os intelectuais, Vargas os incorporou ao governo para aprofundar o conhecimento da realidade nacional e reescrever um passado para criar raízes para esse período de mudanças, também ajudaram na criação de instituições culturais sólidas, atuando como mediadores entre o Estado e a sociedade. Esses intelectuais, por sua vez, viram no Estado Novo uma oportunidade para difundir suas ideias e influenciar políticas culturais. Assim, a alta centralização do poder político foi acompanhada pela centralização do poder simbólico.

A participação de intelectuais no governo Vargas foi uma estratégia importante para construir uma base de apoio entre a elite cultural e acadêmica. Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde Pública, desempenhou um papel central nessa política, utilizando sua posição para influenciar a educação e a cultura conforme os valores do regime. Com os esforços do governo, cultura, política e propaganda se mesclaram, com a cultura sendo utilizada como suporte para a política.

O último capítulo traz a questão do enquadramento memorial por meio de agentes do Estado e órgãos representantes como o SPHAN. Para isso será tratado o processo de construção

da memória nacional pelo Estado Novo, as práticas e objetivos do SPHAN, e as implicações dessas práticas para a identidade nacional e a representação cultural no Brasil. Aqui também serão apuradas as primeiras atas do Conselho Consultivo do SPHAN, juntamente com a Primeira Revista do Patrimônio, analisando como o ideal de patrimônio estava sendo edificado e os bens escolhidos para fazerem parte do imaginário social da nação brasileira.

Para compreender a atuação e ideologias do SPHAN, foram selecionadas as atas do Conselho Consultivo de 1938, essas atas revelam os discursos e prioridades na seleção de bens, salientando as ideologias e decisões que moldaram a construção da noção de patrimônio e memória nacional brasileira. A composição do Conselho incluía profissionais diversificados, como antropólogos, artistas, escritores, historiadores da arte, arquitetos e arqueólogos, contrastando com a maioria de arquitetos no corpo técnico do SPHAN. Outra fonte destrinchada nesse capítulo foi a Revista do Patrimônio número 1, a publicação visava estabelecer um espaço para a produção de excelência sobre temas patrimoniais no Brasil, concentrando esforços para o reconhecimento e proteção de bens culturais significativos, refletindo os objetivos do SPHAN e do regime do Estado Novo.

Findando o capítulo é considerada a função da memória, sua ressignificação na Modernidade, e o seu papel na construção da identidade individual e coletiva, especialmente no contexto político. A memória é frequentemente usada pelos regimes políticos para legitimar o presente e criar uma versão selecionada do passado. Esse enquadramento memorial pode criar uma “identidade herdada” e é usada para corroborar com as mudanças políticas e sociais. A memória nacional, portanto, é uma arena de disputas políticas e sociais, refletindo o poder e as intenções dos grupos dominantes.

Com base em pesquisas bibliográficas e nas fontes, ao longo desse trabalho será discutido a construção da memória social brasileira através da preservação patrimonial. Para tanto, serão relacionados os conceitos de patrimônio e memória e sua inserção no contexto social e político do Brasil em 1937.

1 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 A relação entre patrimônio e memória

O ideário de patrimônio remonta a tempos antigos, onde sociedades reconheciam a importância de preservar e transmitir suas heranças às gerações futuras. Assim, diferentes itens eram guardados com a incumbência de repassar as memórias do tempo presente, com essa lógica aquilo que era selecionado era tido como testemunho. Ao longo da história, várias sociedades desenvolveram práticas e sistemas de valorização dos bens, estabelecendo as bases para o que conhecemos hoje como patrimônio cultural.

Essa valorização do passado pode ser percebida com os antiquários, e esses podem ser considerados como amantes, colecionadores e estudantes das tradições antigas¹ pois pretendiam guardar objetos, relíquias, tudo aquilo que remontasse a um valor de registro do tempo presente. Mais do que o ato de guardar, eles produziam uma narrativa histórica a partir dos itens que analisavam e colecionavam, interpretavam as informações contidas em moedas, diplomas, documentos oficiais, inscrições e medalhas, por exemplo. Com isso, faziam uma pesquisa sistemática utilizando os artefatos como fontes originais de um tempo distante, “A palavra antiquário sugere a noção de alguém que estuda o passado mas não é bem um historiador.”²

Para os antiquários, o valor dos itens está tanto na sua raridade e condição quanto na sua historicidade e autenticidade. Esses especialistas muitas vezes possuem ou têm acesso a fontes primárias, manuscritos, cartas e peças de uso diário que podem fornecer informações valiosas sobre períodos históricos específicos. Motivados pela paixão e pelo conhecimento aprofundado dos objetos antigos, desempenham um papel fundamental na identificação, aquisição e conservação de relíquias que poderiam, de outra forma, serem perdidas ou negligenciadas. Seu trabalho vai além do simples colecionismo, envolvendo um compromisso com a veracidade e a proveniência dos artefatos. Através de suas redes de contatos e mercados especializados, esses profissionais facilitam a circulação de bens culturais, permitindo que coleções privadas e institucionais se enriqueçam e se diversifiquem.

Acerca da relação entre saber antiquário e as narrativas produzidas pelos historiadores, as interpretações dos antiquários e dos historiadores nem sempre coincidiam. Antiquários focavam-se nos aspectos tangíveis e específicos dos objetos, enquanto os historiadores buscavam narrativas mais amplas e contextualizadas. Isso podia resultar em debates sobre a

¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v.21, n. 39, p.19-76, jul. 2014, p.25.

² Ibid., p. 22.

importância e o significado de certos artefatos. Momigliano trata os antiquários como escritores de uma história e mesmo sem serem historiadores, eles produzem uma narrativa histórica a partir dos itens que analisam e colecionam, interpretando assim as informações contidas neles.³ Essa interação contribuiu para o desenvolvimento de métodos mais rigorosos de investigação histórica. A ênfase na genuinidade e conservação de artefatos incentivou os historiadores a adotarem abordagens mais críticas e empíricas.

A atividade antiquária estava espalhada pela Europa e o tema de interesse era a Antiguidade⁴ e foi com as antiguidades que a noção de monumento histórico surgiu.⁵ Eles atuaram como guardiões do passado e facilitadores da preservação da herança cultural, assim “O antiquário transforma o passado em presença materializada nos objetos que o circundam (...)”.⁶ Esse desejo de colecionar e estudar objetos antigos refletia o renascimento do pensamento humanista. Sobre a atividade dos antiquários, Choay afirma que:

O primeiro objetivo dos antiquários é, portanto, tornar visível o passado, especialmente o passado silencioso ou não-dito. Mas eles não se limitam a uma soma. A imagem é posta a serviço de um método comparativo que lhes permite estabelecer séries tipológicas, às vezes até sequências cronológicas, e realizar assim uma espécie de história natural das produções humanas.⁷

Podemos considerar que a prática dos antiquários teve influência nos ideários patrimoniais, isso destacando sua contribuição para a manutenção, valorização e disseminação de objetos históricos e culturais, esse ideal de guardar aquilo que detém significado ou importância acontece na seleção de bens como patrimônio. Ao tratar de patrimônio cultural, é necessário reconhecer sua natureza dinâmica, isso contribui não apenas para preservar as tradições, mas também molda continuamente o sentido e a relevância do patrimônio na contemporaneidade. Ao proteger os vestígios materiais e imateriais do passado, a preservação patrimonial não apenas resguarda a memória histórica, mas também fortalece os laços emocionais e culturais que ligam as comunidades às suas raízes. O patrimônio, assim, transcende a estética mera conservação, assumindo um papel ativo na construção da identidade cultural. Nesse sentido, atua como um testemunho vivo, proporcionando uma conexão tangível com os eventos, realizações e modos de vida que caracterizaram as civilizações anteriores.

³ MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v.21, n. 39, p.19-76, jul. 2014.

⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 56.

⁵ Ibid., p. 56.

⁶ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Memória, história e historiografia*. In: História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: MHN, 2003, p. 88.

⁷ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001, p.63.

O ideal de patrimônio é construído mediante a emergência de proteção de bens que se encontravam ameaçados de destruição ou perda na Europa, especialmente após a Revolta Francesa e as destruições ocorridas nesse processo. A preocupação surgida naquele momento deriva do fato desses lugares serem considerados portadores de memória para aquelas sociedades e a extinção dessas construções tornaria o acesso inviável as futuras gerações. Assim, a constituição dos patrimônios está ligada a formação dos Estados-nação e como afirma Maria Cecília Londres Fonseca:

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação⁸

“A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado”⁹, desse modo, a noção de patrimônio se origina associada à noção de valor nacional. Essa noção de valor causaria, como consequência, um sentimento de pertencimento, algo estimado pelos recém-criados Estados nacionais, pois esse processo resultaria em uma coesão social, contribuindo dessa maneira para a perpetuação de seus poderes. “A noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos.”¹⁰

Os patrimônios históricos selecionados nessa época tratavam exclusivamente de bens de natureza material e se encarregavam de reforçar o ideal nacional. Com isso, os monumentos possuíam papel de destaque na criação das histórias das nações.

É nesse contexto que um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais é consagrado como patrimônio nacional, cujos atributos o tornam prova da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais, configurando uma identidade própria, isto é, apropriadamente nacional.¹¹

Ao considerar o patrimônio como uma categoria de pensamento, José Reginaldo Santos Gonçalves declara que a palavra patrimônio “não é simplesmente uma invenção moderna”¹². Isso porque apesar da conceituação de patrimônio ter surgido na modernidade, o ideal estava

⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 37.

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993, p. 11.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres, op. cit., p. 59.

¹¹ CHUVA, Márcia. *Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, p. 11-24, 2012, p. 14.

¹² GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 25-33, p. 26.

presente em sociedades anteriores. Muitos grupos sociais já possuíam o hábito de resguardar coisas simbólicas, como a prática de colecionamento, por exemplo.

Diante disso, é perceptível que o sentido atribuído aos patrimônios está relacionado às instituições responsáveis pela salvaguarda e proteção de bens. O patrimônio é assim revestido de simbolismo e essa atribuição de sentidos é essencial, pois é através dessa valoração que algo se torna patrimonial. Nessa perspectiva o patrimônio é composto por lugares de memória e de acordo com Nora “só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”¹³. Portanto, podemos considerar patrimônio histórico como:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.¹⁴

Distintamente do sentido em que era usada em seus primórdios, a noção de patrimônio se apresenta de forma ampla e não se limita a objetos e bens materiais, mas envolve tudo aquilo que possa ter relevância para um grupo. Essa ideia está intimamente ligada a formação de identidades, pois a valorização do patrimônio acaba por originar ou fortalecer um sentimento de pertencimento social. E como ressalta Fonseca:

Quando falamos em patrimônio histórico não estamos nos referindo a coisas, a uma ou algumas classes de objetos, e sim ao resultado de ações humanas, a um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem determinados valores.¹⁵

Tal aquisição propicia a sociedade dispor de meios capazes de criar uma interação com o passado – passado esse que remete a memórias comuns. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade”¹⁶, portanto, sendo imprescindível para a manutenção da nação. O processo de salvaguarda do patrimônio permite a propagação da memória, edifica uma ideia de história coletiva e um passado que pertence a todos. Esse ideal de pertencimento já está expresso na formação da palavra patrimônio, pois:

A semântica do termo nos sugere uma relação com um tempo que nos antecede, e com o qual estabelecemos relações mediadas por intermédio dos objetos que acreditamos pertencer a uma herança coletiva. Assim, esses objetos que acreditamos pertencer ao patrimônio de uma coletividade, e hoje, até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas, que parecem adquirir

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993, p. 21.

¹⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

¹⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171, p. 162.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso.¹⁷

Nesse processo temporal do qual o patrimônio é resultante há o entrelaçamento das noções de passado, presente e futuro. Tendo em vista a sua natureza significativa a criação de sentidos da noção de patrimônio é realizada no presente com o objetivo de compor referências pautadas em um passado. Com o referencial montado é necessário a sua proteção para que as gerações futuras tenham acesso as memórias produzidas. “Adjetivar um conjunto de traços do passado como *patrimônio histórico* é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados”¹⁸. O patrimônio pode ser considerado assim produto de uma escrita do presente, uma modelação ou uma remodelação do passado coletivo de uma sociedade.

A noção de memória contida no patrimônio pode ser conceituada como “a presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”¹⁹. A ideia de memória explorada aqui não se trata de algo individual, baseado somente em experiências pessoais, mas “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”²⁰. Ao se relacionar com o patrimônio, a memória se torna coletiva pois se refere a um passado comum. Além de se associar ao patrimônio, a memória está ligada a identidade, e sobre essa relação Michael Pollak ressalta que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²¹

Os sentimentos de identidades propiciados pela memória são resultantes de processos de organização que culminam na edificação das memórias, por isso, pode-se afirmar que “a memória é um fenômeno construído”²², e nessa seleção a cidade pode escrever o seu passado:

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio*, nº. 34, 2012, p. 99.

¹⁸ Ibid. p. 100.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 4, n.4, 2002, p.26.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P. 200-212, p. 2.

²¹ Ibid. p. 5.

²² Ibid. p. 4.

processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbs* sonha a si mesma.²³

Essa é uma prática recorrente dos Estados e a necessidade de se construir um passado para fortalecer o ideal nacional favorecem a escolha das representações da nação. Nesse processo, “as memórias de cada indivíduo estão fortemente ligadas às construções que sinalizam um passado comum a todos.”²⁴ A apropriação social fornecida pelos bens patrimoniais é tão relevante que “quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem.”²⁵

Como uma das atribuições do patrimônio é a de guardar as memórias, o trabalho de salvaguarda se encontra envolvido com a construção de memórias e histórias nacionais, e esta segue as demandas do momento em que é empreendida, no qual “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história.”²⁶ Ou seja, o que consagra um local como portador de memória é o sentido que possui para a sociedade em que está inserido, bem como os interesses sociais e políticos embutidos nessa escolha. O patrimônio tem, portanto, a capacidade de construir memórias:

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma pessoas.²⁷

A relação existente entre patrimônio e memória é bastante estreita, caracterizando uma interdependência. Os grupos sociais estão ancorados na memória, pois esta lhes confere identidade, para tanto os meios de memória são essenciais. A possibilidade de construção da memória permite ao patrimônio criar um sentimento de pertencimento social. No entanto, nessa dinâmica o passado precisa ser criado ou reconfigurado para que possa oferecer a base ideológica adequada ao contexto social e local.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 4, n.4, 2002, p.25.

²⁴ TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, Ano VII, n. 2, mai/ago. 2010. p. 2.

²⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

²⁶ BOSE, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 1, n.1, p. 199-200, 1987.

²⁷ GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 25-33, p. 31.

1.2 Práticas preservacionistas

O patrimônio cultural não é apenas um reflexo do passado, mas uma fonte ativa de identidade e coesão social. Ao revisitar as origens da preservação patrimonial, observamos seu desenvolvimento em resposta às mudanças sociais, políticas e culturais ao longo da história. Inicialmente, a preservação focava em monumentos e locais com significado histórico, muitas vezes vinculados a eventos políticos ou religiosos. “Até o século XVIII, as ações deliberadas, voltadas para a preservação de monumentos eram ocasionais, e, quando ocorriam, eram realizadas pelos segmentos sociais dominantes, basicamente a Igreja e a aristocracia, visando a conservar seus bens.”²⁸

Durante os séculos XVI e XVII, os antiquários foram fundamentais na descoberta, aquisição e interpretação de artefatos antigos, contribuindo significativamente para a formação das coleções que mais tarde se tornariam a base dos museus modernos. Os gabinetes de curiosidades frequentemente eram montados com a ajuda dos antiquários, essas coleções privadas eram exibidas em residências aristocráticas e serviam tanto para o deleite visual quanto para a educação dos proprietários e seus convidados. Estes acervos incluíam uma ampla gama de itens, desde espécimes naturais (fósseis, minerais, plantas exóticas, animais taxidermizados) até artefatos culturais (obras de arte, instrumentos científicos, relíquias religiosas).

Com o advento da Era das Luzes no século XVIII, a filosofia da razão e do progresso científico impulsionou uma mudança no modo como as coleções eram vistas e geridas. O crescimento do interesse público pela ciência e pela educação levou à criação de instituições mais acessíveis e sistematizadas. A transição dos gabinetes de curiosidades para museus públicos representou um movimento importante nesse contexto, marcando a passagem de coleções privadas e exclusivas para espaços de aprendizagem abertos ao público.

Os primeiros museus europeus desempenharam funções essenciais na democratização do conhecimento e na promoção da educação pública. Eles se tornaram centros de pesquisa, preservação e exposição de artefatos culturais e científicos, facilitando o acesso ao patrimônio coletivo da humanidade. Além disso, esses museus contribuíram para o desenvolvimento de novas disciplinas científicas, como a arqueologia, a antropologia e a história natural. A contribuição dos antiquários é, portanto, um importante capítulo na história da preservação do patrimônio cultural e no desenvolvimento do conhecimento histórico na Europa.

²⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171, p. 55.

A legislação e as medidas de proteção do patrimônio estabelecidas durante o período do Romantismo foram cruciais para a formalização da preservação cultural. Elas não apenas reconheceram a importância de preservar o patrimônio, mas também delinearam as bases para uma abordagem mais estruturada, contribuindo para o desenvolvimento do campo da preservação patrimonial nos séculos subsequentes. A promulgação dessas leis teve impactos significativos na conscientização sobre a importância da preservação. Essas leis ajudaram a consolidar a ideia de que o patrimônio cultural era uma herança compartilhada e valiosa, cuja proteção deveria ser uma responsabilidade coletiva. O desenvolvimento dessas leis marcou um avanço significativo na formalização das práticas de preservação, transcendendo os esforços individuais e regionais. Ao estabelecer princípios legais e éticos, as sociedades europeias começaram a reconhecer a preservação do patrimônio cultural como uma obrigação duradoura para as gerações presentes e futuras.

Para resguardar a memória atribuída aos bens patrimoniais se faz necessário a sua preservação, pois uma vez reconhecido o seu valor para a sociedade seria preciso a adoção de medidas de proteção a esse bem, com a intenção de conservar os significados e disseminar um sentimento de identidade. O bem patrimonial deve ter simbolismo, para assim permitir a construção de uma história. Portanto “o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos e significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação.”²⁹ As práticas de preservação criadas pelos Estados nacionais se referiam as construções que eram consideradas como possuidoras de valor nacional, que fossem capazes de representar a nação. E nesse momento a ideia de patrimônio está associada à de monumento e para que houvesse a preservação dessas construções:

Foi preciso, portanto, que a noção de *monumento* – no seu sentido moderno – fosse formulada, enquanto monumento histórico e artístico, para que a noção de patrimônio se convertesse em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva especificamente cultural³⁰

Em seus primórdios, a preservação patrimonial esteve preocupada com as edificações e construções materiais, como na França por exemplo, em que “a conservação dos monumentos assumiu um caráter eminentemente museológico.”³¹ O objetivo dessas práticas além da conservação, era sinalizar a emergência de proteção de tudo aquilo que era tido como elemento significante comum, que pudesse contribuir de alguma forma para a coesão social.

²⁹ TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, Ano VII, n. 2, mai/ago. 2010. p. 6.

³⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 55.

³¹ Ibid. p. 62.

Como o patrimônio se adequa as necessidades do grupo social e do contexto histórico a quem se destina, as práticas preservacionistas são heterogêneas e não se apresentam de forma unívoca, atendendo aos anseios de cada sociedade. Sobre a preservação patrimonial Fonseca afirma que:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.³²

No Brasil, uma preocupação relevante com a proteção do patrimônio surge nos anos 1920 e assim como na Revolução Francesa a noção adotada foi a de conferir identidade nacional. E em se tratando de preservação patrimonial, antes da regulamentação dessa prática é notável que vários esforços foram tomados para a conservação de objetos e bens, tem-se como exemplo a recomendação do Conde das Galveias em 1747, solicitando a conservação das construções holandesas em Pernambuco. De acordo com a historiografia, essa pode ser considerada como uma das primeiras preocupações com a conservação de monumentos no Brasil. (FONSECA, 2005). Ademais desde os primeiros anos do século XX, representantes da sociedade civil como intelectuais, políticos, juristas e literatos se empenharam na elaboração de políticas voltadas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Como resultado, alguns anteprojetos de lei foram estruturados objetivando a preservação de bens e também o combate ao comércio de arte e antiguidades.

Personagem notável nessa empreitada cultural e patrimonial é Mário de Andrade, ele desempenhou um papel de grande relevância na conscientização sobre a necessidade de preservar o patrimônio cultural. Sua atuação multifacetada como escritor, musicólogo e folclorista refletiu um profundo interesse pela cultura popular brasileira. Ele participou de forma ativa no movimento modernista brasileiro, que buscava romper com tradições artísticas e estabelecer uma identidade cultural única para o Brasil, seu posicionamento sobre o patrimônio cultural estava intrinsecamente ligado a esse movimento.

As questões relativas ao patrimônio no Brasil estão ligadas ao movimento modernista brasileiro, que se apresentava como um movimento cultural que influenciou a arte, a literatura e até mesmo a política. Apesar de por vezes ser considerado como um movimento exclusivamente artístico, o modernismo deve ser tratado por sua amplitude, pois além do campo

³² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 36.

das artes e cultura, ele se preocupou com a construção de um passado e a criação de uma identidade nacional. Além disso, eles possuíam uma “visão crítica do Brasil europeizado e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura, até então tidos como sinais de atraso”³³.

Ao abraçar a diversidade cultural, Mário de Andrade propunha uma rejeição consciente dos padrões estéticos europeus que dominaram a arte brasileira até então. Sua perspectiva buscava resgatar as raízes culturais autênticas e redefinir a narrativa cultural brasileira, um processo definidor para a valorização do patrimônio. As manifestações populares, para Andrade, não eram apenas um objeto de estudo mas uma fonte viva de inspiração, tratava o patrimônio como uma força dinâmica que poderia alimentar a produção cultural contemporânea. Sua visão transcendia a mera conservação, ele propunha uma interação criativa com as tradições, incorporando elementos populares nas obras artísticas modernas. Essa abordagem inovadora influenciou sua atuação na preservação, sinalizando a importância de não apenas manter, mas revitalizar o patrimônio cultural.

Acerca de suas produções e contribuições, o folclore é tido como um componente vital na construção da identidade nacional. Sua coleta de canções populares, mitos e tradições folclóricas estava ligada à busca por uma identidade cultural única para o Brasil. Ele via no folclore uma fonte inesgotável que poderia fortalecer a autoestima cultural e promover a coesão social. Ao reconhecer o valor do folclore, Mário de Andrade não apenas registrava essas expressões, mas também as inseria no discurso cultural dominante. Sua atitude desafiadora contribuiu para uma compreensão mais abrangente do patrimônio cultural, destacando a importância não apenas dos monumentos históricos, mas também das tradições vivas do povo.

A concepção de Mário de Andrade sobre o patrimônio cultural promovia um diálogo dinâmico entre o passado e o presente. Ele acreditava na continuidade cultural, na necessidade de reinterpretar e reconstruir as tradições para torná-las relevantes em contextos contemporâneos. Esse olhar progressista do patrimônio cultural oferece uma abordagem enriquecedora para a preservação. Não se trata apenas de conservar para fins históricos, mas de utilizar o patrimônio como uma fonte de estímulo e criação cultural contínua.

Ajudando no ideal que foi disseminado pelo SPHAN, Mário criou um projeto que à sua época foi considerado inovador, principalmente por se distinguir das concepções europeias do campo do patrimônio. Em seu anteprojeto, Mário de Andrade tratava o passado como algo que deveria ser resguardado para servir de parâmetro para a sociedade brasileira. Além disso a noção de arte tinha destaque – não somente as expressões cultas, mas uma “preocupação em

³³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 102.

valorizar o popular”³⁴. A diversidade cultural também foi ressaltada nesse texto, “nesse projeto, tinha a perspectiva de um tratamento integral da cultura cuja trilha seria traçada na experiência, na metodologia de inventário, nas técnicas de registro, na noção de arte com que trabalhava.”³⁵

A construção de uma identidade com base no passado é característica desse documento, pois ele deu ênfase nas manifestações culturais brasileiras e nas suas diferentes formas de expressão. Nesse documento, foi defendido a preservação de bens oriundos de produções culturais e que tivessem a capacidade de representar o passado, ou seja, ele previa a proteção das práticas do povo brasileiro. E em sua definição de patrimônio estava expressa essa preocupação popular:

[...] Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particularidades estrangeiros, residentes no Brasil.³⁶

A visão sobre patrimônio de Mário de Andrade se diferenciava de outros ideais apresentados sobre o tema. Enquanto as práticas preservacionistas europeias se direcionavam para bens imóveis, o intelectual reconhecia o valor cultural do patrimônio e almejava uma salvaguarda ampla, que não se limitasse a materialidade, mas que correspondesse as características brasileiras:

A preocupação maior de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão, o que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público. Na verdade, para Mário, a atuação do Estado na área da cultura devia ter como finalidade principal a coletivização do saber³⁷

O anteprojeto foi essencial para a constituição do patrimônio brasileiro, no entanto, havia a necessidade de criar meios legitimadores para a preservação patrimonial. Foi com essa intenção que foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no ano de 1937. A criação do órgão foi possibilitada graças aos contextos políticos e ideológicos da época: o Estado Novo e movimento modernista. O SPHAN foi inicialmente composto por intelectuais e artistas aliados com as práticas modernistas:

Mas foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através

³⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171, p.101.

³⁵ CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012, p. 153.

³⁶ LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 38.

³⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 84.

do Sphan. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país.³⁸

1.3 O SPHAN e seus mecanismos de atuação

O SPHAN foi formalmente criado com o Decreto-Lei nº 25, promulgado em 30 de novembro de 1937. Todavia, “O Sphan começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade. Com a lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, o Sphan passou a integrar oficialmente a estrutura do MES”³⁹. Além de conferir a legitimação necessária para o funcionamento do órgão, o documento também definiu os critérios e procedimentos para a seleção e posterior proteção. Este decreto atribuiu ao Estado a responsabilidade de identificar, registrar e conservar elementos significativos do patrimônio cultural brasileiro, institucionalizando a prática de tombamento. De acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 o patrimônio histórico e artístico nacional é definido como:

[...] O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁴⁰

Com a regulamentação da preservação patrimonial tem-se definido o que deveria abranger a noção de Patrimônio Histórico. De acordo com o Decreto-Lei nº 25, seria cabível de salvaguarda aquilo que fosse de “interesse público”. Assim, os bens escolhidos para a preservação iriam contribuir para a formação da memória nacional. O decreto-lei definiu amplamente o que seria considerado patrimônio histórico e artístico. “O texto legal, em verdade, caracteriza-se como um discurso que ocupa a posição dominante. Nessa posição, a visão de mundo que apresenta, isto é, o que ela tem de arbitrário, é tido como verdade.”⁴¹

O decreto-lei criou formalmente o SPHAN e esse texto carrega em seu corpo influências do anteprojeto de Mário de Andrade, ainda que este não tenha sido adotado em sua totalidade, pode-se considerar que o decreto tem uma conexão com o documento produzido por Mário. O SPHAN foi estabelecido como uma entidade com autonomia administrativa e técnica e dotado de poderes para realizar o tombamento e fiscalizar a preservação dos bens tombados e estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Ele foi dotado de uma equipe multidisciplinar composta por arquitetos, historiadores, arqueólogos, entre outros especialistas.

³⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 81.

³⁹ Ibid, p. 97.

⁴⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

⁴¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 153.

As disposições legais do Decreto-lei nº 25/1937 foram fundamentais para estabelecer um sistema de proteção ao patrimônio histórico e artístico no Brasil. Elas não apenas criaram mecanismos legais e administrativos para a preservação desses bens, mas também promoveram uma cultura de valorização e respeito pelo patrimônio cultural. Com o tempo, essas disposições serviram como base para a evolução e o fortalecimento das políticas de preservação cultural no país, consolidando o papel do SPHAN como guardião da memória nacional.

Rodrigo Melo Franco de Andrade foi nomeado diretor do SPHAN em 1937, e sua atuação contribuiu para o sucesso inicial da instituição e para a consolidação da política de preservação no Brasil, foi ele inclusive quem elaborou o decreto-lei nº 25 de 1937 (Fonseca, p. 104). Nascido em 1898 em Belo Horizonte, Rodrigo formou-se em direito, mas desde cedo mostrou grande interesse pelas artes e pelo patrimônio cultural. Como jornalista e intelectual, ele se envolveu com a elite cultural brasileira, participando ativamente de debates sobre a identidade nacional e a importância da preservação do patrimônio.

Sob a liderança de Andrade, o SPHAN adotou uma abordagem sistemática e rigorosa para a identificação e proteção dos bens culturais. Ele promoveu a formação de uma equipe de especialistas que viajaram pelo país para catalogar e tombam importantes monumentos e sítios históricos. Entre os projetos conduzidos sob a sua direção, destacam-se o tombamento de cidades históricas como Ouro Preto e Diamantina, e a preservação de importantes igrejas e conventos coloniais em Salvador e Recife. Esses projetos não apenas preservaram edifícios e artefatos, mas também ajudaram a solidificar uma narrativa histórica que valorizava o patrimônio colonial como parte integrante da identidade nacional brasileira.

A criação do SPHAN e a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade foram decisivas para a institucionalização do tombamento e a proteção do patrimônio cultural no Brasil. O Decreto-Lei nº 25 de 1937 estabeleceu uma base legal robusta, enquanto a liderança de Andrade garantiu a implementação eficiente dessas políticas. No entanto, os desafios e críticas enfrentados ao longo do processo evidenciam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e diversificada na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O processo de tombamento é um dos pilares do Decreto-lei nº 25/1937 e compõe uma de suas principais inovações, “O principal objetivo era assegurar a proteção dos bens pelo ato jurídico do tombamento”⁴². O tombamento é o ato administrativo de reconhecimento e proteção de um bem cultural, garantindo sua preservação contra alterações que possam

⁴² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 115.

comprometer sua integridade. O processo envolve a identificação, análise e registro do bem, seguido de sua inclusão nos livros de tombo, categorizados como Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas.⁴³ O tombamento é formalizado pela inscrição do bem no Livro de Tombo.

Uma vez tombado, o bem não pode ser destruído, demolido, mutilado ou sofrer modificações sem a autorização expressa do SPHAN. Os proprietários de bens tombados são obrigados a conservá-los e mantê-los em bom estado de preservação. Qualquer intervenção ou reforma deve ser aprovada pelo SPHAN. Os critérios para tombamento incluem o valor histórico, artístico, cultural e arquitetônico do bem. “O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais.”⁴⁴

A identificação dos bens culturais que podem ser tombados é realizada por uma equipe de especialistas do SPHAN, esta equipe realiza visitas técnicas, pesquisas documentais e fotográficas para avaliar o valor dos bens. A identificação é baseada em critérios que consideram a relevância do bem para a memória e identidade nacional e esses critérios são definidos com base nos ideais dos que participam desse processo, resultando em uma escolha subjetiva e intencional. Após a identificação, o processo de tombamento é formalmente iniciado por meio de uma notificação aos proprietários do bem, informando-os sobre a intenção de tombamento. Essa notificação marca o início da proteção provisória do bem, que não pode ser alterado ou demolido até a conclusão do processo.

O SPHAN realiza essa análise detalhada considerando aspectos como autenticidade, integridade, contexto histórico e artístico. Relatórios técnicos e pareceres são elaborados, e em alguns casos, são feitas consultas públicas e audiências com a comunidade local para obter um entendimento mais abrangente do valor do bem. A decisão final sobre o tombamento é tomada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, um órgão colegiado composto por especialistas e representantes de diferentes áreas. Se aprovado, o bem é inscrito no livro de tombo correspondente. O tombamento é formalizado com a inscrição do bem no livro de tombo apropriado e a publicação da decisão no Diário Oficial da União. A partir desse momento, o bem está oficialmente protegido e sujeito a regulamentações específicas para sua conservação e manutenção.

⁴³ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

⁴⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 105.

Os objetivos do tombamento em 1937 eram múltiplos. Em primeiro lugar, visava-se proteger a integridade física e simbólica dos bens culturais contra a deterioração e o esquecimento. Em segundo, o tombamento tinha um caráter educacional e patriótico, promovendo o reconhecimento e a valorização da herança cultural brasileira. Os impactos do tombamento foram significativos, a política de preservação possibilitou a salvaguarda de importantes monumentos históricos, como igrejas coloniais, conjuntos arquitetônicos barrocos e sítios arqueológicos, que passaram a ser reconhecidos não apenas pelo seu valor histórico, mas também pelo seu papel na formação da identidade nacional. “Na prática dos tombamentos, porém, a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira”⁴⁵, esta seleção foi marcada por uma subjetividade o que acabou por ocasionar uma preservação patrimonial centrada nos ideais dos componentes do SPHAN.

O que se questionava então não era o tombamento de determinados tipos de bens em detrimento de outros – ou a concentração nos tombamentos, deixando de lado outras atividades – mas os critérios de seleção, autenticação e restauração, ou seja, o estabelecimento de padrões que, por se aterem a exigências consideradas pelo Sphan como científicas, no entender dos críticos do Sphan deixariam de atender a interesses da população, que buscava no patrimônio tombado uma imagem da *beleza* e da *realidade* da nação.⁴⁶

As ações do SPHAN nos seus primeiros anos estabeleceram um padrão para a proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro. A preservação desses primeiros bens teve um impacto significativo na sociedade brasileira, ajudando a consolidar uma noção de identidade nacional e contribuindo para a escrita de uma narrativa histórica, com vista a invenção do passado da nação. Isso incluía a escolha do momento histórico e os elementos que fariam parte da memória coletiva que estava sendo formada. Nesse período inicial, o valor artístico foi um critério fundamental na seleção dos bens tombados, com destaque para o estilo barroco. Os primeiros tombamentos realizados pelo SPHAN em 1937 abrangeram uma série de monumentos de grande importância histórica e artística. Esses tombamentos auxiliaram na consolidação das políticas de preservação no Brasil.

Um dos primeiros monumentos tombados foi a Igreja e Convento de São Francisco, em Salvador na Bahia. Este conjunto arquitetônico é um dos mais importantes exemplos do barroco brasileiro, com sua rica decoração interior em talha dourada e azulejos. O tombamento desta igreja refletiu a preocupação do SPHAN em preservar os monumentos religiosos que simbolizavam a herança colonial e a identidade cultural brasileira.

⁴⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 107.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 109.

Outro importante tombamento de 1937 foi o conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Esta cidade, antiga capital do Ciclo do Ouro, é um dos maiores acervos de arte barroca no Brasil. O tombamento de Ouro Preto incluiu igrejas, edifícios públicos e residenciais, além de esculturas e obras de artistas como Aleijadinho e Mestre Ataíde. Dentro do conjunto arquitetônico de Ouro Preto, a Igreja de São Francisco de Assis recebeu destaque especial. Projetada por Aleijadinho e decorada com pinturas de Mestre Ataíde, esta igreja é um dos expoentes máximos do barroco mineiro.

Outro monumento significativo tombado em 1937 foi a Igreja de São Francisco de Assis, em São João del-Rei, também em Minas Gerais. Esta igreja é famosa por sua fachada elaborada, suas talhas interiores e suas pinturas. O tombamento desta igreja refletiu a intenção do SPHAN de proteger os exemplos mais representativos da arte barroca mineira. Acerca disso, Chuva afirma que:

Os símbolos da mineiridade – a opulência da arte mineira do século XVIII, com a arte barroca de Aleijadinho e seus profetas, religiosidade e urbanidade, cidades cheias de gente e de ideais de liberdade – são monumentos semióforos, que materializam uma grande coleção chamada “brasilidade”. Esses monumentos tornaram-se símbolos da nação, devendo identificar todos os brasileiros, que, apesar de não se conhecerem, sentem-se parte dessa comunidade imaginada, que tem seu coração em Minas Gerais e Minas Gerais no coração.⁴⁷

A valorização dos monumentos tombados contribuiu para a construção de uma identidade nacional baseada na diversidade e na riqueza cultural do país. Os monumentos barrocos, em particular, passaram a ser vistos como símbolos da criatividade e da habilidade dos artistas brasileiros, bem como da história colonial do Brasil, “A imagem do barroco mineiro passou a ser a imagem de nosso nascimento enquanto nação civilizada”.⁴⁸ Esse reconhecimento fortaleceu o sentimento de integração e de orgulho nacional.

O estilo barroco, que floresceu na Europa no final do século XVI e início do XVII, foi uma resposta às mudanças culturais, religiosas e políticas da época. Originado na Itália, rapidamente se espalhou por toda a Europa, influenciado pela Reforma Protestante e pela Contrarreforma Católica. A Igreja Católica, em particular, utilizou o barroco como uma forma de expressar a grandiosidade e o poder da fé católica, utilizando a arte para envolver emocionalmente os fiéis e reafirmar a doutrina católica. Essa ênfase na emoção, no drama e na teatralidade acabou definindo o estilo artístico.

O barroco chegou ao Brasil no final do século XVII, trazido pelos colonizadores portugueses e pelos missionários jesuítas e foi adotado tanto para a construção de igrejas e

⁴⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 77.

⁴⁸ SILVA, Glaci Terezinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. Porto Alegre, 2010. 138 f, p.44.

mosteiros quanto para a produção de arte sacra. A disseminação do barroco no Brasil colonial deve-se em grande parte à necessidade de construção de igrejas e outros edifícios religiosos, bem como à adaptação das práticas artísticas europeias às condições locais. O desenvolvimento do barroco no Brasil foi marcado por adaptações regionais que refletiam tanto a disponibilidade de materiais quanto a habilidade dos artesãos locais. O barroco brasileiro encontrou seu apogeu nas regiões de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, cada uma desenvolvendo características próprias.

O barroco no Brasil não foi uma mera cópia do estilo europeu, mas sim uma adaptação que considerava a realidade social, cultural e econômica da colônia. Os artistas brasileiros incorporaram elementos locais, utilizando materiais disponíveis na região, como pedra-sabão em Minas Gerais e madeira em outras áreas. Além disso, a mão de obra escrava, composta por africanos e indígenas, desempenhou um papel crucial na construção e decoração das igrejas barrocas, resultando em uma fusão de técnicas e estilos que conferiram ao barroco brasileiro uma identidade própria. Assim:

Através da escolha de Ouro Preto e do barroco mineiro como representantes de nossa identidade, os intelectuais associavam a tradição proveniente da história e a arte do período colonial ao discurso e acabavam por legitimá-lo. Nosso passado colonial forneceria as raízes de nossa brasilidade, que era percebida a partir de então através de monumentos historicizados, capazes de exaltar a nacionalidade, e de servir como símbolo de coesão social e cultural. Assim, a cidade de Ouro Preto fornecia os elementos necessários para a construção da identidade nacional, pois através de sua arquitetura, arte e história, aproximava o Brasil de si mesmo.⁴⁹

O reconhecimento e a preservação desses bens barrocos pelo SPHAN configuram uma estratégia deliberada pelo Estado Novo de valorizar e proteger elementos da herança nacional, ao mesmo tempo em que promovia um sentimento de orgulho e identidade nacional. A análise dos discursos e práticas de preservação do período varguista fornece insights sobre como o passado barroco foi reinterpretado e reapropriado para servir a objetivos contemporâneos, revelando as complexidades e as contradições inerentes a essa construção identitária. Com isso, as políticas de preservação transmitiam as visões e ideologias do regime, que buscava usar o patrimônio cultural como ferramenta de propaganda para fomentar uma unidade e legitimar seu poder.

Apesar dos avanços, o tombamento em 1937 enfrentou desafios e críticas. Um dos principais problemas foi a resistência de proprietários privados, que muitas vezes viam o tombamento como uma imposição estatal que restringia o uso de seus bens. Além disso, a falta

⁴⁹ SILVA, Glaci Terezinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. Porto Alegre, 2010. 138 f, p.43.

de recursos financeiros e técnicos dificultou a manutenção adequada de alguns bens tombados, comprometendo sua preservação a longo prazo. Outra crítica relevante refere-se à centralização das decisões de tombamento, que, sob a direção do SPHAN, representavam uma visão predominantemente elitista do patrimônio cultural, “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética”⁵⁰. Isso resultou na marginalização de expressões culturais populares e de comunidades indígenas e afro-brasileiras, cuja riqueza cultural foi, em grande medida, ignorada pelos critérios de tombamento da época. Com isso, o modo de atuação do SPHAN:

[...] dava ampla margem ao Estado, mediante sua agência, para construir uma visão particular da nação, escolhendo aquilo que melhor representasse a história que pretendia consagrar. Inaugurou-se, assim, oficialmente, a ação de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, fundada na sua identificação com o Estado. É a própria história do Estado que é contada, pelo seu ‘não reconhecimento’ como uma escolha política que a diferenciava de outras ações possíveis. O Estado se autoatribuiu o papel de agente de memória da nação, detentor da tutela do patrimônio histórico e artístico nacional – e também de sujeito da história.⁵¹

Segundo Maria Cecília Fonseca, o momento de criação do SPHAN é denominado de “*fase heróica*”, com o pioneirismo dos intelectuais modernistas em elaborar o conceito de patrimônio que foi adotado pelo Estado através do órgão preservacionista. Com a institucionalização da preservação patrimonial, tem-se definido o que deveria abranger a noção de patrimônio e a elaboração de uma legislação voltada para o patrimônio foi fundamental para o desenvolvimento de práticas preservacionistas.

Tendo em vista que a memória é um fenômeno socialmente construído, ela é moldada e reforçada pelas interações e contextos culturais. Halbwachs propõe que a memória coletiva é ancorada em “quadros sociais”, estruturas que permitem a recordação e a organização do passado em função das necessidades e perspectivas do presente. Esses quadros sociais são proporcionados por instituições, tradições e práticas culturais, que orientam a forma como os indivíduos e grupos lembram e interpretam o passado.

O ideal de patrimônio é uma construção social e cultural que reflete as relações de poder e as ideologias dominantes. De forma frequente as instituições culturais e os governos legitimam certas narrativas e identidades através da seleção e preservação de determinados elementos do patrimônio. Considerando os bens patrimoniais como lugares de memória, esses

⁵⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 114.

⁵¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 176.

lugares acabam surgindo em momentos de transformação, quando a memória viva começa a se dissipar e há uma necessidade de materializar a memória para preservá-la.

A intersecção entre memória e patrimônio é evidente quando consideramos que o patrimônio é, em grande parte, uma materialização da memória coletiva. A preservação do patrimônio cultural serve como um meio de manter viva a memória de uma comunidade, reforçando sua identidade e continuidade histórica. A seleção oriunda da preservação patrimonial determina aquilo que deverá ser lembrado por um grupo social. Logo, a construção da memória coletiva é possibilitada graças as práticas de proteção ao patrimônio de uma sociedade.

2 POLÍTICAS CULTURAIS DO ESTADO NOVO

2.1 O nacional como fundamento enraizador

O Estado Novo foi um período da história política brasileira marcado por profundas transformações, caracterizado pelo autoritarismo, centralização do poder, nacionalismo e modernização econômica. As políticas implementadas durante este regime tiveram um impacto duradouro na formação da identidade nacional e na estrutura socioeconômica do Brasil. O nacionalismo foi instrumentalizado como uma ferramenta política para consolidar o poder. O governo utilizou discursos patrióticos para justificar medidas autoritárias, como a dissolução dos órgãos legislativos e a concentração de poderes nas mãos de Vargas. A ideia de uma “ordem e progresso” nacional era central na retórica oficial. O regime ditatorial foi instaurado em 10 de novembro de 1937 e que durou até 29 de outubro de 1945.

O Estado Novo teve início em 1937, após um golpe de Estado que suspendeu a Constituição de 1934 e conferiu a Getúlio Vargas poderes ditatoriais. Esse período foi marcado por uma centralização política intensa, com a supressão das liberdades civis e a implantação de um regime que se inspirava em modelos fascistas europeus. A necessidade de consolidar o poder central e garantir a coesão nacional em um país de vastas dimensões e profundas diferenças regionais motivou a implementação de um projeto de identidade nacional. A ideologia do Estado Novo enfatizava a necessidade de um líder carismático que pudesse unificar a nação e conduzi-la ao progresso. Assim, havia:

a presença de em Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Essa política foi adotada em alguns países europeus, assumindo características específicas em cada um deles. Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram constituídos nessa época. O sucesso das experiências italianas e alemãs serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina.

Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem.⁵²

Para entender o surgimento do Estado Novo, é preciso considerar o contexto histórico que precedeu sua instauração. A Primeira República (1889-1930) foi marcada por um sistema político dominado pelas oligarquias estaduais, especialmente São Paulo e Minas Gerais, conhecido como política do “café com leite”. Essa descentralização política levou à formação

⁵² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

de uma estrutura federativa, mas também consolidou o poder nas mãos de poucas elites. A economia brasileira durante esse período era predominantemente agrária e dependente da exportação de café. O final da Primeira República foi marcado por um período de intensa instabilidade política, caracterizado pela rápida sucessão de presidentes e pela incapacidade do governo central em lidar eficazmente com os desafios crescentes.

O Estado Novo foi precedido por um período de grande turbulência política e social no Brasil. Nos anos que antecederam 1937, o país enfrentou uma série de crises econômicas, políticas e sociais que culminaram na Revolução de 1930. Esta revolução levou Getúlio Vargas ao poder, marcando o fim da Primeira República e o início de uma nova era política no Brasil. No entanto, mesmo após a Revolução de 1930, o Brasil continuou a enfrentar desafios significativos, incluindo a instabilidade política e a ameaça de movimentos extremistas, tanto de esquerda quanto de direita.

A Revolução de 1930 foi um movimento liderado por Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, que contestava a eleição de Júlio Prestes para a presidência. A insatisfação com a política oligárquica e a crise econômica decorrente da Grande Depressão mundial contribuíram para o sucesso do movimento. Vargas assumiu a presidência provisória e, posteriormente, tornou-se presidente constitucional em 1934, após a promulgação de uma nova constituição.

A Revolução de 1930 assume o caráter de um movimento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República. O contexto político em que esse movimento se realiza é o de uma verdadeira perda de autoridade e de esgotamento de conciliação política.⁵³

A Constituição de 1934 foi um marco importante, pois introduziu inovações como o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral. No entanto, a instabilidade política e a crescente polarização entre movimentos políticos de direita (Integralistas) e esquerda (Comunistas) criaram um ambiente propício para a ascensão de um regime autoritário. Em 1935, a tentativa de golpe comunista (Intentona Comunista) intensificou os temores de uma revolução, levando Vargas a adotar medidas repressivas.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, instaurando o Estado Novo e suspendendo a Constituição de 1934. A nova constituição, outorgada por Vargas, conferiu-lhe poderes ditatoriais, eliminando as eleições diretas e dissolvendo o Congresso Nacional. O regime centralizou o poder nas mãos do Executivo, aboliu os partidos políticos e instituiu um sistema de censura e controle social.

⁵³ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 115.

O SPHAN nasceu no período do Estado Novo e sua criação foi possibilitada devido às pretensões desse regime político que demonstrou um esforço em associar Estado à nação. O projeto de nação empreendido entre 1937 e 1945 esteve pautado em ideologias fortalecedoras, que deram legitimidade ao regime. Entretanto apesar da centralização pretendida, as ações tomadas pelo Estado Novo não se apresentavam de maneira homogênea.

O Estado Novo se encarregou de constituir uma política que se opusesse as práticas adotadas na Primeira República – característica essa que esteve presente em diferentes regimes pelo mundo no mesmo período – que defendiam uma recusa as ideias liberais na política e a formação de novas práticas que contribuíssem para uma coesão social alicerçada numa forte atuação estatal. Com isso, intervir através da política passa a ser ação do Estado

O Estado Novo se autodefine como uma obra renovadora de reajustamento do país às suas fontes históricas, étnicas, políticas e culturais. E esta proposta verdadeiramente revolucionária, que traduz a construção de um modo nacional de ser e viver, está encarnada em uma pessoa que é o chefe do governo.⁵⁴

Esse período pode ser caracterizado por uma mescla de tradição e modernização, pois ao mesmo tempo em que se objetivava o rompimento com a política apresentada anteriormente, havia a preocupação de construir meios para legitimar o regime pautado na história e nas raízes brasileiras. Para a validação do Estado Novo foi preciso a aplicação de discursos e medidas de propagação dos ideais adotados pelo regime, com vista a disseminar uma identidade nacional.

Essa produção simbólica foi necessária para a manutenção da nova ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado. A dimensão ideológica assume importância no Estado Novo. Nesse período a questão do passado foi fundamental, pois havia um anseio de se construir um ideal de nação e “Para a realização dos interesses nacionais é que ganha enorme significado o Estado”⁵⁵. O Estado passa a interferir em diferentes setores sociais e tenta unificar política e sociedade, criando referências para um passado comum. “Como toda ideologia que busca legitimar uma determinada ordem, o discurso estado-novista constrói um esquema temporal em que sublima a ação presente, atribuindo-lhe certa plenitude de significados.”⁵⁶

Essa edificação de um passado nacional foi essencial para aceitação do Estado Novo pela sociedade e correspondia as concepções nacionalistas propagadas no século XX. Esse nacionalismo “supõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino

⁵⁴ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 119.

⁵⁵ Ibid., p. 22.

⁵⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.83.

comum, destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum”⁵⁷. Portanto, o Estado Novo se preocupou em escrever uma história brasileira, selecionando os elementos que convergiam com suas visões.

Por isso, construir um novo modelo de Estado é também reescrever a história do país, é debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição e suspensão/permanência do tempo. Projetar o futuro é escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. O presente é o ponto de intercessão em que a história é constituída pela seleção da presença do passado no futuro.⁵⁸

O ideal de nação fundamenta, legítima, “a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos.” Os nacionalismos estão diretamente ligados a invenção das tradições, essas tradições inventadas propiciam a formação de valores, desejos e obrigações de pertencimento ao grupo. Para Anderson Benedict, o nacionalismo é algo que emana do Estado e serve aos interesses dele, além disso ele enxerga a nação como uma “comunidade imaginada”, onde os indivíduos se percebem como parte de um grupo coeso, apesar de não terem contato direto uns com os outros. Ela é imaginada porque os membros dessa comunidade nunca conhecerão a maioria de seus concidadãos, mas ainda assim compartilham uma imagem mental dessa comunhão.

Essa imaginação coletiva é fomentada por símbolos nacionais e por narrativas históricas comuns. Essa definição destaca a natureza simbólica e construtiva da identidade nacional. Essas comunidades imaginadas ocorrem com a criação de histórias, histórias montadas em determinados enredos, o que favorece uma homogeneidade, uma edificação de um sentimento de pertencimento social. A identidade nacional, portanto, é construída através de um processo de inclusão e exclusão, onde certos elementos culturais e históricos são celebrados enquanto outros são marginalizados. Essa construção pode ser observada na literatura, na educação e nas políticas de memória.

É importante situar o nacionalismo do Estado Novo dentro do contexto global das ideologias nacionalistas do século XX. Enquanto muitas correntes nacionalistas europeias enfatizavam uma harmonização étnica e cultural, o nacionalismo brasileiro do Estado Novo procurava integrar e unificar uma nação plural e diversa, composta por diferentes etnias, culturas e regiões geográficas. Nesse caso, o nacionalismo foi instrumentalizado como uma ferramenta política para consolidar o poder.

⁵⁷ OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 26.

⁵⁸ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.111.

O nacionalismo foi estrategicamente utilizado para legitimar a concentração de poderes nas mãos de Vargas. Discursos oficiais frisavam a necessidade de uma liderança forte e centralizada para garantir a ordem e o progresso do Brasil. A ideia de uma nação unida em torno de valores comuns era usada para justificar as medidas adotadas pelo governo. A construção da nacionalidade no período estado novista foi possível devido a dois meios: “Em primeiro lugar, a partir de um trabalho de recuperação da história do Brasil e, em segundo lugar, a partir da identificação e da valorização da ‘memória coletiva’ de nosso povo, constituída por nossa cultura, nossas tradições.”⁵⁹

Contribuíram para a noção de um passado comum um grupo de intelectuais que participaram do governo de Getúlio Vargas e fortaleceram o objetivo de construção de um Estado nacional, reforçando o alinhamento pretendido por Vargas. Esses intelectuais tiveram um papel de destaque nesse período e forneceram o suporte necessário para a difusão de uma “Ideologia de Estado”⁶⁰.

A relação entre intelectuais, Estado e nação foi imprescindível para os anseios estruturais daquele momento. Isso porque alguns intelectuais já haviam direcionado seus pensamentos para arquitetar um ideal de nação. O Estado Novo, assim como o SPHAN, se apresentou como o espaço necessário para a execução dos valores nacionais antes pretendidos. “Os intelectuais teriam, portanto, a missão de criar no imaginário social a força de uma cultura que representasse a coletividade”⁶¹. O Estado passou a ser visto como o representante da ideia de nação e os intelectuais como portadores da consciência nacional.⁶²

O regime de 30 fez coro com essa necessidade de “redescobrir o Brasil” proposta pelos intelectuais. O Estado procurava tornar-se responsável pela construção de uma unidade orgânica nacional, base para a definição de uma identidade cultural brasileira. Daí a incorporação de intelectuais dentro de seus quadros, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade nacional e produzir a propaganda nacionalista.⁶³

“No Estado Novo, a alta centralização do poder político é evidentemente acompanhada pela centralização do poder simbólico”⁶⁴. A nova ordem defendida pelo regime varguista foi

⁵⁹ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.145.

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de M. *Primeira República: um balanço historiográfico*. In: *Revistas Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, pp. 244-280, 1989, p. 272.

⁶¹ BARBOSA, Y. A. M. *O papel do IPHAN na construção da brasilidade*. Virtú, v. 8, 2007, UFJF.

⁶² Ibid..

⁶³ AMARAL, Adriana Facina Gurgel. *Uma Enciclopédia à Brasileira: O Projeto Ilustrado de Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio, 1997, p. 3.

⁶⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.77.

alicerçada em uma busca pelas raízes brasileiras através da utilização de ideologias, pois “A ideologia desempenha, enquanto código, uma função de integração da sociedade”⁶⁵.

Durante o Estado Novo a participação dos intelectuais foi um diferencial na consolidação do regime autoritário de Getúlio Vargas. Diversos intelectuais colaboraram ativamente com o governo, influenciando áreas chave como educação, cultura e propaganda. Um dos principais papéis dos intelectuais durante o Estado Novo foi a construção e promoção de uma identidade nacional unificada. Isso envolveu a formulação de uma narrativa histórica e cultural que destacasse os elementos considerados essenciais para a coesão nacional.

O regime atraiu assim, intelectuais que acreditavam no projeto de modernização e na centralização do poder como formas de superar os desafios históricos do Brasil. Muitos foram cooptados e ocuparam posições de destaque na administração pública, outros, no entanto, mantiveram uma postura crítica e se opuseram às políticas autoritárias do governo. Entretanto essa atuação estatal não foi imposta, podendo ser definida como um encontro, uma troca de interesses. “À elite intelectual cabe, portanto, a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista.”⁶⁶

Assim, “há uma coincidência de interesses entre a política implementada pelo Estado e os anseios dos intelectuais”⁶⁷. Enquanto o Estado necessitava de uma princípios para estruturar suas ações, os intelectuais viram na participação governamental uma maneira de expressar suas convicções, que na época se assemelhavam aos do Estado Novo.

Os intelectuais exerceram, portanto, durante o Estado Novo, um papel político fundamental na construção da nação, e, no caso das instituições culturais, atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo. A criação de instituições culturais sólidas era parte do que consideravam sua missão política.⁶⁸

Esse vínculo entre intelectuais e política estabeleceu os meios essenciais para a “construção de uma identidade nacional”⁶⁹, esses intelectuais direcionaram suas ações para a cultura brasileira e defenderam a necessidade da criação de medidas de proteção para as expressões nacionais e culturais. Os intelectuais do Estado Novo podem ser considerados como “criadores de uma concepção de mundo”⁷⁰ que deveria permear as esferas política e social.

⁶⁵ OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. Estado Novo: ideologia e poder . Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 9.

⁶⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta, op. cit., p. 78.

⁶⁷ Ibid., p. 93.

⁶⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 121.

⁶⁹ GOMES, Ângela de Castro. “*Essa gente do Rio... Os Intelectuais cariocas e o modernismo*”. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993, 62-77, p. 69.

⁷⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.77.

Essa intelectualidade presente no referido período culminou em um movimento artístico que influenciou demasiadamente a salvaguarda de bens patrimoniais pelo SPHAN. O modernismo surgiu na década de 1920 na cidade de São Paulo, mas conforme se disseminava assumia diferentes faces, como as apresentadas no Rio de Janeiro. O movimento modernista é impregnado de expressões distintas, sendo configurado por uma diversidade.

O modernismo pode ser definido “como um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões entre arte e política, que é caracterizado por uma grande heterogeneidade”⁷¹. Nesse contexto, a Semana de Arte Moderna de 1922 é considerada um marco para o movimento e tanto São Paulo quanto Rio de Janeiro se tornaram palco dos modernistas. Contudo, a relação entre intelectuais modernistas paulistas e cariocas não era harmoniosa, dada as diferenças existentes entre eles. “O modernismo era feito de deslocamentos no espaço, no tempo, na mente. O modernismo era feito por cada um e pelos grupos que se formavam e se articulavam.”⁷²

Mesmo com as diferentes expressões, os modernistas se fizeram presentes no Estado Novo, formulando ideologias, participando de ministérios e órgãos institucionais como o SPHAN. E assim como o Estado Novo, o movimento modernista teceu críticas às práticas culturais oriundas da Primeira República e se esforçou em produzir uma visão renovadora de arte que estivesse alinhada com a modernidade e a literatura. Além disso, encontravam-se preocupados com questões sociais como a construção de um passado nacional. O modernismo se empenhava, portanto, em “repensar a função social da arte”⁷³.

Ao se alinharem à modernidade a partir de sua concepção da arte como um campo autônomo, os modernistas brasileiros não romperam apenas com uma tradição estética; romperam com toda uma tradição cultural profundamente enraizada não só entre produtores e consumidores de literatura e de arte, como em toda a sociedade.⁷⁴

Os modernistas tiveram espaço no Estado Novo porque ambos possuíam concepções semelhantes, além da crítica à Primeira República e o reconhecimento da necessidade de se construir uma identidade nacional, partilhavam do anseio de romper com o passado. No caso do modernismo, buscava-se um duplo movimento: o de ruptura e continuidade com o passado. Ruptura no sentido de criar uma nova linguagem estética e continuidade na construção de uma tradição:

⁷¹ GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p. 63.

⁷² Ibid., 71.

⁷³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 89.

⁷⁴ Ibid., p. 89.

a necessidade de reelaborar o passado e de construir uma tradição brasileira a partir de uma postura autônoma, crítica e liberta de uma “visão patriótico-sentimental” se impunha como parte integrante do projeto maior do modernismo.⁷⁵

2.2 A instrumentalização da cultura

As políticas empreendidas pelo Estado Novo visavam a consolidação da nação, o que aconteceria através da inserção do país na lógica industrial do mundo capitalista, e por meio da homogeneização cultural que propiciaria a consequente identidade nacional. Acerca disso, Lúcia Lippi Oliveira salienta que “Os princípios doutrinários postos em prática durante o regime de 1937 nos remetem às relações entre a cultura, as formas de organização política e econômica e o modo de compreender a existência humana na sociedade brasileira.”⁷⁶ Com essa afirmação é possível perceber o quanto as políticas culturais implantadas no regime de Vargas foram importantes para a legitimação do governo.

O uso da cultura como uma ferramenta de propaganda foi uma estratégia central do Estado Novo, a cultura passa a ser considerada assim como um fator de unidade nacional. “A cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.”⁷⁷ Através do controle dos meios de comunicação e do apoio à produção cultural, o regime buscou moldar a opinião pública e reforçar a fundamentação governamental. O controle sobre a produção cultural e os meios de comunicação permitiu ao governo promover uma narrativa oficial que destacava suas realizações e reforçava os valores nacionalistas e autoritários.

Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como idealizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. As realizações do governo no terreno econômico, no campo da legislação social e da organização planificada do Estado foram enaltecidas.⁷⁸

A cultura durante o Estado Novo tinha uma “tarefa política”⁷⁹: promover a ideia de uma nação unificada e fortalecer o poder do Estado. Através de propaganda, reformas educacionais, controle das artes e promoção da cultura popular, o regime buscou criar uma identidade nacional

⁷⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.92.

⁷⁶ OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 32.

⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁷⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁷⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

homogênea e robusta. “A questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.”⁸⁰ Embora essas políticas tenham contribuído para o fortalecimento da identidade nacional e o desenvolvimento cultural, elas também geraram controvérsias devido à repressão e ao controle autoritário.

O regime de Vargas buscou cooptar escritores e artistas para que estes atuassem como propagadores de seus ideais. Através de prêmios, subsídios e outras formas de apoio financeiro, o governo incentivava a produção de obras que exaltassem e promovessem os valores do Estado Novo. Escritores, poetas e artistas plásticos eram incentivados a produzir trabalhos que refletissem a visão do governo sobre o Brasil e sua história.

A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação da identidade nacional coletiva. O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo.⁸¹

A cultura popular foi instrumentalizada como uma forma de propaganda para alcançar as massas. Manifestações culturais como o samba, o futebol e o Carnaval foram promovidos e controlados pelo governo para refletir os valores do Estado Novo. O samba, por exemplo, foi elevado ao status de símbolo nacional, com escolas de samba recebendo apoio governamental para organizar desfiles que exaltavam a história e a cultura brasileira. O futebol também foi utilizado como uma ferramenta de propaganda, com a seleção brasileira sendo promovida como um símbolo de unidade e orgulho nacional.

Dentro desse universo simbólico foram originadas diferentes instituições e mecanismos que juntos corroboravam para um objetivo comum atendendo ao regime. Como resultado do investimento das políticas públicas podemos citar: A criação da Agência Nacional e da Hora do Brasil em 1931, ambas visando principalmente à massa operária e sindical; No campo cultural tem-se o SPHAN, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço Nacional de Teatro (SNT); No âmbito da comunicação foram criados em 1940 os jornais *A manhã* no Rio de Janeiro e *A noite* em São Paulo e a Rádio Nacional com a função de difundir os feitos do governo. Assim, o Estado Novo implementou uma série de políticas culturais que abrangiam desde a criação de instituições dedicadas à preservação do patrimônio histórico e artístico, até a promoção de manifestações culturais que reforçavam os valores e ideais do regime.

⁸⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 72.

⁸¹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

A arte se encontrava dessa forma vinculada ao nacional e para contribuir com a cultura política empreendida pelo regime foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), este órgão foi concebido como uma agência governamental centralizada responsável por controlar a comunicação social e promover a imagem do governo. Através de campanhas publicitárias, rádio, cinema e imprensa, o DIP disseminou mensagens que exaltavam Vargas como o líder supremo e benevolente da nação. “Os organizadores da propaganda se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade. A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo.”⁸² A propaganda estatal enfatizava temas de progresso, ordem e patriotismo, buscando solidificar uma imagem positiva e unificada do Brasil.

O DIP foi criado em 1939 como uma das principais ferramentas do Estado Novo, sua criação foi inspirada por modelos de propaganda de regimes totalitários na Europa, como a Alemanha nazista e a Itália fascista, que utilizavam extensivamente a propaganda para controlar a opinião pública e reforçar o poder do estado. No Brasil, o DIP era responsável por coordenar todas as atividades relacionadas à imprensa, rádio, cinema, teatro e outras formas de expressão cultural. O DIP acabava por “controlar os instrumentos necessários à implementação de um projeto político-ideológico que se afirmasse como socialmente dominante.”⁸³

A censura foi um dos principais instrumentos utilizados pelo DIP para gerir a produção cultural durante o Estado Novo. Todos os meios de comunicação e formas de expressão artística estavam sujeitos à revisão e aprovação prévia do departamento. Publicações, roteiros de cinema, peças de teatro, letras de músicas e até mesmo eventos culturais precisavam ser submetidos à análise do departamento antes de serem divulgados ao público. O DIP empregava uma equipe de censores que avaliava o conteúdo em busca de qualquer material considerado subversivo, contrário aos ideais do regime ou potencialmente destabilizador da ordem pública.

A censura exercida pelo DIP era rigorosa e abrangente. Qualquer manifestação cultural ou artística que pudesse ser interpretada como crítica ao governo ou subversiva era imediatamente reprimida. A censura não se limitava a proibir obras; também incluía a manipulação de conteúdos para que se alinhassem à visão oficial do regime. Este controle rígido

⁸² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁸³ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 110.

garantiu que a construção da memória nacional fosse conduzida de acordo com os interesses do Estado Novo.

Além da censura, o DIP também era responsável por produzir e divulgar propaganda oficial. Esta propaganda visava exaltar os feitos do governo, promover a figura de Getúlio Vargas e construir uma narrativa de progresso e modernização, sendo transmitida através de diversos meios, incluindo jornais, revistas, rádio, cinema e eventos públicos. A propaganda do DIP era cuidadosamente planejada para alcançar o maior número possível de pessoas.

A censura exercida pelo DIP era rigorosa e abrangente. Qualquer manifestação cultural ou artística que pudesse ser interpretada como crítica ao governo ou subversiva era imediatamente reprimida. A censura não se limitava a proibir obras; também incluía a manipulação de conteúdos para que se alinhassem à visão oficial do regime. Este controle rígido garantiu que a construção da memória nacional fosse conduzida de acordo com os interesses do Estado Novo.

O rádio e o cinema foram os dois meios de comunicação mais influentes utilizados pelo DIP. O rádio, sendo um meio de comunicação de massa acessível a grande parte da população, era amplamente empregado para transmitir discursos, músicas patrióticas e programas educativos. Em se tratando de cinema, o departamento incentivava a produção de filmes que retratassem o Brasil como um país moderno e em progresso. Filmes como "O Descobrimento do Brasil" (1937) e "Rio, 40 Graus" (1955) foram exemplos de como o cinema foi utilizado para promover a imagem do Brasil idealizado pelo governo. Além disso, documentários e noticiários cinematográficos eram exibidos antes dos filmes nas salas de cinema, disseminando a propaganda oficial para um público amplo.

Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi um dos principais arquitetos da propaganda do Estado Novo. O controle ideológico sobre a produção cultural era exercido não apenas pelo DIP, mas também por meio de organismos como o Conselho Nacional de Cultura e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que promoviam uma visão oficialista da cultura brasileira.

O Estado Novo investiu na valorização da cultura brasileira, apoiando movimentos artísticos e literários que celebravam a identidade nacional. A busca por uma "brasilidade" foi incentivada, destacando características únicas e distintivas da nação. A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 refletiu a importância atribuída à construção de uma identidade cultural nacional.

Getúlio Vargas, ao perceber a necessidade de um controle mais efetivo sobre as políticas de educação e saúde, implementou a fusão de duas áreas estratégicas para o desenvolvimento

nacional em um único ministério. A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, sob a liderança de Francisco Campos, teve como objetivo principal a organização e a centralização das políticas públicas nessas áreas. A nova pasta nasceu da fusão de estruturas preexistentes, como a Diretoria Geral de Instrução Pública, e incluiu a saúde pública, anteriormente sob responsabilidade do Ministério do Interior.

Uma das primeiras grandes iniciativas desse novo ministério foi a reforma educacional promovida pelo então ministro, que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos. Esta reforma buscou modernizar o sistema educacional brasileiro, reorganizando o ensino secundário e superior, e introduzindo mudanças curriculares que visavam alinhar a educação brasileira aos modelos europeus, especialmente o francês.

No campo da saúde também houve um forte investimento em campanhas de saúde pública, principalmente no combate a doenças endêmicas como a malária, a febre amarela e a hanseníase. A criação de institutos de pesquisa, como o Instituto Oswaldo Cruz, e a ampliação da infraestrutura hospitalar foram marcos importantes desse período. Além disso, o governo implementou políticas de saneamento básico e vacinação em massa, que contribuíram significativamente para a melhoria das condições de vida da população. O enfoque na saúde pública era parte de uma estratégia mais ampla de construção de um Estado forte e interventor.

A centralização das políticas de educação e saúde em um único ministério permitiu uma maior coordenação e eficiência na implementação das ações governamentais. Essa estrutura administrativa se manteve até 1953, quando o ministério foi desmembrado em duas pastas distintas: o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Saúde, refletindo a crescente complexidade e especialização das políticas públicas nessas áreas.

A participação de intelectuais no governo foi parte de uma estratégia mais ampla para construir uma base de apoio entre a elite cultural e acadêmica. Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde Pública, foi um dos principais articuladores dessa política, utilizando sua posição para influenciar a educação e a cultura de acordo com os valores do regime. Capanema, que assumiu o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública em 1934 e permaneceu até 1945, desempenhou um papel de destaque na formulação e implementação das políticas culturais do Estado Novo, era um intelectual comprometido com a ideia de que a cultura e a educação eram fundamentais para o desenvolvimento nacional. Sob sua liderança, o Ministério da Educação e Saúde Pública tornou-se um pilar essencial para a promoção da identidade nacional e a consolidação do regime varguista.

A produção artística cultural engajada ficou a cargo do ministro da Educação, Gustavo Capanema, responsável pela orientação cultural do período. A política cultural do varguismo foi coerente com a concepção de Estado que orientou a atuação do

governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificaram a proibição ou valorização de produtos culturais. O poder político definiu, em última instância, o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras.⁸⁴

Capanema foi um grande defensor do modernismo e buscou integrar os princípios modernistas nas políticas culturais do Estado Novo. Ele promoveu a aproximação entre o governo e os intelectuais, incentivando a produção artística e literária que refletia a modernidade brasileira. A construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, projetado por uma equipe de arquitetos liderada por Lúcio Costa é um exemplo emblemático dessa integração entre modernismo e funcionalidade. “Como político, Capanema soube perceber o potencial de sua aliança com os modernos no trato dos monumentos, fossem estes os testemunhos do passado, fossem as grandes obras do presente”⁸⁵

Influenciado por ideais nacionalistas e modernizadores, acreditava que a cultura poderia ser uma ferramenta poderosa para promover a unidade nacional e reforçar a identidade brasileira. Para Capanema, a valorização do patrimônio histórico e artístico, o incentivo às artes e a reforma educacional eram essenciais para construir uma nação moderna e integrada. Ele defendia uma política cultural que fosse ao mesmo tempo inclusiva e centralizadora, capaz de envolver as diversas manifestações culturais do país sob uma visão coesa de identidade nacional. Essa perspectiva estava alinhada com os objetivos do Estado Novo.

O governo de Vargas “ao assumir a função de organizador da vida social e política, abriu espaços para os intelectuais”⁸⁶. Esses intelectuais compuseram a chamada “constelação Capanema”⁸⁷, dentre esses podemos citar: Mário de Andrade; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Carlos Drummond de Andrade; Lúcio Costa; Afonso Arinos de Melo Franco; Prudente de Moraes Neto; Manuel Bandeira; Noronha Santos; Gilberto Freire, entre outros. Ambos intelectuais eram reconhecidos e prestigiados, o que contribuiu para a sua participação no governo.

A participação dos intelectuais no ministério Capanema combinou dois tipos de movimentos. De um lado, o movimento de resposta ao chamado do Estado para a

⁸⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁸⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: Bomeny, Helena (Org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Bragança Paulista: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.p. 85-101, p. 86.

⁸⁶ Ibid., p. 85.

⁸⁷ BOMENY, Helena. *Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política*. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Bragança Paulista (SP): Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.11-35, p. 15.

construção de políticas das mais distintas áreas da vida social...De outro, o movimento de adesão/afastamento de entusiasmo e recusa, provocado pela tensão.⁸⁸

O ministério promoveu concursos, exposições e publicações que destacavam a cultura brasileira e buscavam criar uma narrativa nacionalista que exaltasse as realizações do governo e a riqueza cultural do país. Capanema também incentivou a criação de escolas de arte e instituições culturais, como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu da Inconfidência⁸⁹. Essas iniciativas não apenas fortaleceram a produção cultural no Brasil, mas também ajudaram a consolidar a imagem do governo como um promotor da cultura e das artes.

No campo da educação, uma das iniciativas mais significativas de Gustavo Capanema foi o Plano Nacional de Educação em 1937. Este plano estabeleceu diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro, com o objetivo de modernizar a educação e torná-la mais acessível. O plano propôs a criação de novas instituições de ensino, a melhoria da infraestrutura escolar e a reforma dos currículos. Durante a sua gestão, foram fundadas várias universidades e escolas técnicas em diferentes regiões do Brasil. Essas instituições visavam atender às necessidades de formação profissional e científica do país, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. A criação de universidades federais, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi um marco importante na história da educação superior no Brasil.

o fato é que a gestão de Capanema à frente do MES teve o caráter de gesto fundador das relações entre Estado e cultura no Brasil, implantando um modelo não apenas institucional como também de relação entre poder público e intelectuais, o qual só muito recentemente começou a transformar. E não seria exagero afirmar que, de todas as áreas da cultura onde atuou o ministério Capanema, foi no patrimônio que esse modelo, como todas as suas contradições teve sua versão mais bem sucedida.⁹⁰

Apesar de suas contribuições, a atuação de Capanema no Estado Novo não esteve isenta de controvérsias. Seu alinhamento com um regime autoritário e a utilização da cultura como ferramenta de propaganda são aspectos criticados por muitos historiadores e intelectuais. A censura e o controle sobre a produção cultural e educacional levantam questões sobre a liberdade de expressão e a autonomia intelectual durante o período.

Além disso, a centralização do sistema educacional e a ênfase em valores patrióticos e de obediência ao Estado são vistos por alguns críticos como uma forma de doutrinação e controle social. A utilização da educação e da cultura como ferramentas de propaganda política

⁸⁸ BOMENY, Helena. *Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política*. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Bragança Paulista (SP): Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.11-35, p. 16.

⁸⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: Bomeny, Helena (Org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Bragança Paulista: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.p. 85-101, p. 86.

⁹⁰ Ibid., p. 101.

refletia a visão autoritária do regime e levantava questões sobre a autonomia dos intelectuais e a liberdade de expressão no Brasil.

A instrumentalização da cultura popular pelo Estado Novo tinha como objetivo não apenas promover a identidade nacional, mas também controlar e direcionar as manifestações culturais. O regime procurava moldar essas manifestações de acordo com seus interesses, eliminando elementos que poderiam ser considerados subversivos ou que não se alinhavam com a imagem oficial da nação.

De acordo com Gomes, “[...] durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão”⁹¹, um passado edificado por meio do tempo histórico e não da tradição, que fornecesse os artifícios para a explicação do novo. O sucesso dessa estratégia política de revalorização e reescrita do passado foi propiciada pelo envolvimento dos intelectuais no governo. Portanto, a construção da memória nacional durante o Estado Novo envolveu a utilização de diversos instrumentos e instituições para promover uma identidade nacional unificada. Os principais instrumentos utilizados pelo regime, incluíam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a nacionalização da cultura popular e a integração de intelectuais e artistas no projeto nacionalista.

O enquadramento da memória nacional procura estratégias para buscar símbolos, o que foi feito pelos intelectuais na busca por um passado e na escrita de uma narrativa para criar a *história da nação*. Nesse processo tem destaque a preservação patrimonial, pois com a criação do SPHAN houve um enquadramento e seleção de bens que representavam toda a nação, de forma a contribuir para a memória coletiva dos cidadãos. Isso pode ser considerado como parte de um projeto, no qual o grupo atuante tem consciência do que está fazendo. A preservação cultural participa do processo de construção nacional, da reescrita da história e da produção de narrativas. “Tais práticas também se caracterizam, no Brasil, por atuarem sobre grupos regionais dispersos, catalisando diferentes estratos sociais em torno de certos grupos dominantes centrais.”⁹²

Como se pode deduzir do discurso de Getúlio, o grande interesse do Sphan para o governo consistia no reforço ao processo de cooptação das elites, em dois sentidos: de um lado, abria-se um espaço no governo que possibilitava a intelectuais acesso a funções remuneradas e ao abrigo de imposições ideológicas; de outro, a consagração

⁹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 145.

⁹² CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 56.

de bens de arte erudita como patrimônio nacional contrabalançava a imagem de um governo que recorria a conteúdos culturais para a persuasão ideológica.⁹³

‘O verdadeiro nacionalismo deveria, portanto, libertar-se da suficiência enganadora das ideias, elegendo apenas uma “ideia-força” para a implementação de uma nova ordem.’⁹⁴ O Estado Novo utilizou, portanto, de meios reprodutores de ideais como forma de legitimar o regime e esses ideais se materializaram com os modernistas participando do governo e implementando medidas que produzissem um sentimento de nação, como a preservação patrimonial. “É nesse difícil equilíbrio que a diversidade social e intelectual pode se transformar em homogeneidade política, que inclui áreas significativas de unidade cultural”⁹⁵. Os intelectuais tinham o entendimento da necessidade da geração de símbolos que demandassem as referências para fornecer as bases seguras para o regime sem alterar o lugar determinado pela divisão de classes. Com isso, precisavam de marcas que ao mesmo tempo reforçassem as tradições nacionais e permitissem a inclusão do novo.

É nesse sentido que o patrimônio histórico e artístico nacional foi escolhido para compor um dos alicerces dessa construção identitária. Sua proteção assegurava um lugar de conforto no passado e um sentido de continuidade histórica que propiciaria mudanças na ordem política, pois a cultura, por meio de um dos seus símbolos mais significativos – o patrimônio – fornecia a estabilidade necessária. Assim, “a cultura serviria como mediadora estabelecendo uma espécie de ponte entre passado e o presente e o patrimônio cultural desempenharia um papel importante nesse processo de formação de subjetividades individuais e coletivas”⁹⁶.

Ao preservar e promover o patrimônio cultural, o SPHAN contribuiu significativamente para a estabelecimento de uma memória nacional. A valorização de monumentos e edifícios históricos ajudou a elaborar uma narrativa sobre o passado do Brasil, destacando a continuidade e a grandeza da nação. Esse processo de salvaguarda também serviu para legitimar o regime, associando-o à proteção e promoção da identidade cultural brasileira. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, a utilização do patrimônio como símbolo gerador do sentimento de nacionalidade cumpre algumas funções simbólicas que iam de encontro aos ideais do regime estadonovista, elas ‘funcionam como documentos, “provas materiais” das versões oficiais da

⁹³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 123.

⁹⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 84.

⁹⁵ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.21.

⁹⁶ GLACI, Teresinha Braga da Silva. *A materialização da nação através do patrimônio: O papel do SPHAN no regime estadonovista*. Porto Alegre, 2010, p. 27.

história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual⁹⁷.

A política de preservação do SPHAN enfatizava a valorização do passado colonial e imperial do Brasil. A restauração de igrejas coloniais, casarões e outros edifícios históricos visava destacar a herança cultural e arquitetônica do período colonial. Essa exaltação do passado colonial e imperial ajudava a construir uma memória nacional que validava o regime de Vargas, associando-o à preservação e valorização das tradições históricas brasileiras. Essa legitimação simbólica era fundamental para o regime autoritário, que buscava justificar seu poder e promover uma imagem positiva entre a população.

Ao selecionar e valorizar determinados aspectos da história e da cultura brasileiras, o SPHAN ajudou a criar uma narrativa oficial que promovia a unidade e a continuidade da nação. Pode-se considerar que nesse momento houve uma apropriação de algo do passado, nesse caso a escolha do passado colonial como fundador da origem da nação e “Para que a nação possa existir, enquanto uma entidade individualizada e independente, ela tem que identificar e apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural”⁹⁸

Nesse processo de redescobrimento ou invenção de passado e tradições “O passado é lido, então com as tintas de um futuro já presente no momento da recuperação.”⁹⁹. Isso porque o passado é edificado no presente, e os objetivos pretendidos no tempo atual tem a capacidade de determinar os elementos que farão parte do passado e o futuro de um grupo que possui características de ligação comuns. Como a memória tem uma natureza suscetível, esta pode ser tida como um instrumento e como tal é totalmente influenciada pelos anseios do presente.

Nesse contexto, é de grande relevância compreender os processos que culminaram na memória nacional, pois as nossas rememorações são resultadas da memória individual e coletiva. Tendo em vista o poder embutido na memória, os grupos ou atores que conduzem a criação das significações e memórias coletivas tendem a enquadrar a memória, pois esta favorece uma coesão social. Assim, as memórias comuns que os indivíduos carregam são uma mistura de criação individual e de grupos dominantes. Logo, a memória nacional construída para a sociedade brasileira em 1937 foi uma memória edificada por um grupo e que levou em consideração seus anseios e ideais. Memória essa, carregada de poder e autoridade. Nesse

⁹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 31.

⁹⁸ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda*, p. 32.

⁹⁹ BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Bragança Paulista (SP): Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 6.

caminho de construção nacional, baseados em subjetividade ocorre o que Pierre Bourdieu denominou de violência simbólica.

A violência simbólica, conceituada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, representa uma forma de poder que permeia as estruturas sociais e culturais contemporâneas. Diferente da violência física explícita, que se manifesta através de atos visíveis de agressão, a violência simbólica opera de maneira sutil e muitas vezes imperceptível, exercendo controle e imposição através de significados, normas e valores culturalmente estabelecidos. Este conceito é essencial para compreender como as relações de poder são mantidas e reproduzidas em sociedades complexas.

Para o autor, a violência simbólica é um mecanismo de dominação que atua não apenas sobre corpos individuais, mas sobre mentes e identidades coletivas. Ela se manifesta nos discursos, na educação, na mídia, na linguagem e em outras práticas culturais que definem o que é considerado legítimo, normal e desejável dentro de uma sociedade. Nesse sentido a violência simbólica não é apenas uma questão de representação ou significado, mas uma força que molda percepções, molda identidades e perpetua relações de dominação e subordinação.

No Estado Novo, o uso da propaganda e a cultura foram maneiras do governo exercer essa violência simbólica, ela se insere no tecido social de maneira tão naturalizada que muitas vezes não é reconhecida como uma forma de violência. Isso ocorre porque os indivíduos, ao internalizarem os valores e normas dominantes, acabam por legitimar as desigualdades existentes como se fossem naturais e incontestáveis.

As políticas culturais contribuíram para a consolidação do poder do Estado Novo e para a promoção de uma identidade nacional a de disputa política e social. E essa produção cultural foi marcada pela dualidade entre propaganda e resistência. Enquanto o governo utilizava a cultura como ferramenta de controle e divulgação de sua ideologia, artistas e intelectuais buscavam formas de resistência e crítica ao regime. A censura e o controle estatal sobre essas manifestações limitaram a liberdade de expressão e marginalizaram vozes dissidentes. Além disso, esse domínio nem sempre conseguiu abarcar a diversidade regional e cultural do Brasil, a ênfase na construção de uma identidade harmoniosa muitas vezes resultou em uma visão parcial e limitada da cultura brasileira, que não refletia plenamente a riqueza e a pluralidade das manifestações culturais do país.

Apesar dos esforços do Estado Novo nessa construção memorial, houveram muitas contradições e limitações nesse processo. Essas práticas muitas vezes excluía ou marginalizavam grupos e narrativas que não se encaixavam na visão oficial do regime, como as populações indígenas, afro-brasileiras e opositores políticos. A construção da memória

nacional não foi um processo unívoco e incontestado. Houveram resistências e reações de diversos setores da sociedade que se opunham ao autoritarismo do regime e buscavam preservar outras visões da história e da identidade nacional.

3 A CONSTRUÇÃO DO PASSADO E O SPHAN

Com as Políticas culturais, houve, durante o Estado Novo a invenção do passado da nação, mais precisamente nos primeiros anos, 1937 e 1938, onde ocorreu a maior parte dos tombamentos de bens. “A quantidade de tombamentos realizada somente no ano de 1938 – 56,59% do total – foi reveladora da clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam”¹⁰⁰. E nesse desejo de se construir um passado nacional tem destaque o SPHAN – composto majoritariamente por intelectuais modernistas – que com seus funcionários promovia a seleção e preservação de bens considerados significativos para a sociedade, pois “com a instalação, mais que de um novo governo, de uma ordem política, econômica e social, o ideário de patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção de nação pelo Estado.”¹⁰¹

Essa construção da nacionalidade brasileira ancorada na preservação de bens patrimoniais foi baseada na autoridade, tanto do chefe do governo do Estado Novo quanto do órgão responsável, o SPHAN. Apesar do SPHAN definir que deveria ser preservado tudo aquilo que fosse de interesse público, a escolha desses bens se fundamentou nos pareceres do corpo técnico do órgão.

Os arquitetos do Sphan, ocupando lugares decisivos, a partir de uma centralidade na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram coautores, de fato, dos critérios de seleção, definindo nessa prática contundente e incisiva, as características básicas que delinearam esse patrimônio.¹⁰²

3.1 Duas esferas de legitimação para o ideário patrimonial: O Conselho Consultivo do SPHAN e a Revista do Patrimônio

Assim como o governo, o SPHAN detinha naquele momento uma certa responsabilidade sobre a cultura brasileira e se viam encarregados de transmitir a população os valores culturais do país. E esse fator influenciou o modo de atuação do órgão que selecionava os bens para preservação patrimonial de acordo com as perspectivas de seus membros. Nesse processo tem relevância o Conselho Consultivo do SPHAN, pois uma das funções do conselho era debater e tomar decisões sobre processos de tombamentos e de impugnação de proprietários dos imóveis. Isso garantia aos membros poder sobre a escolha dos bens que fariam parte da memória que estava sendo construída.

O Decreto-lei nº 25/37 que deu origem ao órgão de preservação patrimonial e a instituição do tombamento, também especificou as atribuições de um Conselho Consultivo para

¹⁰⁰ CHUVA, Márcia Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 211.

¹⁰¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 96.

¹⁰² CHUVA, op. cit., p. 211.

o SPHAN. O documento diz que este seria composto por dez membros escolhidos pelo Presidente da República e pelos diretores dos museus nacionais de coisas históricas e artísticas (SPHAN, 1980:107). O Conselho era vital para as políticas empreendidas pelo SPHAN no momento de sua criação, considerando a composição de seus membros e a atuação desses em sociedade, o que lhes revestia de autoridade sobre a ideia de patrimônio que estava sendo forjada. Isso fica evidenciado logo na reunião inaugural do Conselho Consultivo, que foi realizada no dia 10 de maio de 1938, na qual o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em seu discurso afirmou que este era formado “por especialistas de notável competência e de comprovado espírito público”¹⁰³. Os integrantes além de se destacarem no campo do saber, se encontravam de certa forma inseridos no Estado. “O caráter técnico-científico foi um dos pilares elaborados da estruturação do órgão de preservação brasileiro”¹⁰⁴.

Para reflexão desse trabalho foram selecionadas as atas do Conselho Consultivo do ano de 1938, com o objetivo de analisar os discursos produzidos e a prioridade dos bens selecionados para salvaguarda, apontando as ideologias e posições tomadas na construção da noção de patrimônio e memória nacional. No total são 6 atas, somando-se a ata da reunião inaugural, realizadas mensalmente, disponíveis no arquivo do IPHAN e acessíveis no seguinte link: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>.

As atas seguiam um padrão, contendo a data, hora, os presentes e ausentes, a retificação de alguma informação da ata anterior e os julgamentos de processos que faziam parte da ordem do dia, e que na maioria das vezes se baseavam em tombamentos que por algum motivo foram impugnados. Esses processos eram apresentados por um relator que era selecionado pelo presidente do Conselho, logo seguida da explanação do relator era feita a votação que na maior parte dos casos decidia-se por derrubar a impugnação e manter o tombamento do bem.

Nas atas analisadas, as impugnações foram apresentadas por representantes da Igreja e por donos de propriedade. “Considerando os pareceres como uma técnica discursiva que impõe regras e consubstancia a hierarquia institucional”¹⁰⁵ é possível concluir que o parecer

técnico do SPHAN possuía certa influência nas decisões sobre o tombamento de bens autorizados pelo Conselho. Nos pareceres dos conselheiros era considerado “o ‘valor nacional’ do bem indicado para tombamento e os aspectos político-institucionais de legitimação do

¹⁰³ Conselho Consultivo do SPHAN. Rio de Janeiro. *ATAS, 10 de maio de 1938*.

¹⁰⁴ AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*. Vol. 24, n. 1 (2020), p. 207-231. p. 210.

¹⁰⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 241.

SPHAN. Apoiado nos pareceres anteriores, eles preocupavam-se permanentemente com o caráter nacional do objeto apreciado.”¹⁰⁶

Acerca da rotina de encontros do Conselho, na reunião inaugural ficou acordado que as reuniões aconteceriam nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês, às 17:00. No entanto, no ano de sua criação, o Conselho se reuniu por cinco vezes, entre maio e setembro, após o mês de setembro não há mais registros de ata nesse período, sendo a próxima reunião datada de 16 de janeiro de 1939 (6ª sessão ordinária), e nesta não consta o motivo da reunião não ter acontecido no mês subsequente a setembro. Além disso poderiam acontecer reuniões extraordinárias convocadas pelo presidente ou por pedido de um ou mais membros do Conselho¹⁰⁷. A frente do Conselho foi escolhido para a presidência, o diretor do SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, fato que comprova a ligação e subordinação do Conselho ao SPHAN, apesar de defender uma relativa autonomia sobre o órgão.

Outra característica que diferencia o Conselho Consultivo do SPHAN é a formação de seus componentes, enquanto o corpo técnico do órgão era formado em sua grande maioria por arquitetos, no Conselho havia uma diversidade maior de profissionais. No ano de sua fundação (1938), o Conselho possuía os seguintes membros: o antropólogo Edgar Roquete Pinto; o artista Otávio José Corrêa Lima; o artista Augusto José Marques Júnior; o antropólogo Raimundo Lopes da Cunha; o escritor Manuel Bandeira; o historiador da arte Rodolfo Gonçalves de Siqueira; o arquiteto Carlos de Azevedo Leão (este ficou no lugar de Lúcio Costa de forma temporária, sua última participação foi na quinta reunião em setembro, na qual recebeu um voto de agradecimento de voto e louvor do Conselho); o artista Oswaldo Teixeira; o historiador da arte Francisco Marques dos Santos e o arqueólogo Alberto Childe; além do presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade e os diretores do Museu Nacional e do Museu Histórico Nacional. (ATAS, 17 de maio 1938; CHUVA, 2017)

Logo a seguir temos o levantamento da participação dos membros do Conselho Consultivo nessas primeiras reuniões:

¹⁰⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 243.

¹⁰⁷ Conselho Consultivo do SPHAN. Rio de Janeiro. ATAS, 10 de maio de 1938.

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo (1938) – 6 Reuniões								
Membros	Sessão inaugural	1ª Reunião	2ª Reunião	3ª Reunião	4ª Reunião	5ª Reunião	Total de presença	Atuação como relator(a)
Afonso Arinos de Melo Franco			X	X	X	X	4	2
Alberto Childe				X			1	1
Augusto José Marques Júnior	X	X	X	X	X	X	5	
Carlos de Azevedo Leão	X	X	X	X	X	X	6	4
Edgar Roquete Pinto	X	X			X		3	1
Francisco Marques dos Santos	X	X	X	X	X	X	6	1
Gustavo Barroso	X					X	2	
Heloísa Alberto Torres	X		X	X	X	X	5	1
Manoel Bandeira	X	X	X	X	X	X	6	1
Oswaldo Teixeira	X	X		X	X	X	5	
Otávio José Corrêa Lima	X	X	X	X	X	X	6	
Raimundo Lopes da Cunha	X	X	X	X	X	X	6	1
Rodolfo Gonçalves de Siqueira	X	X			X	X	4	

A partir da análise das primeiras atas é possível perceber que a maioria dos processos debatidos nas reuniões se referiam a monumentos religiosos. O que comprova a inclinação para a seleção de bens arquitetônicos, coloniais e religiosos. Além disso, nota-se uma relação conflituosa entre Igreja e Estado (via Sphan), “As relações então tecidas entre Sphan e Igreja foram bastante estreitas, propiciando, em muitos momentos, um apoio à ‘causa’ da preservação

cultural, mas também atritos em função de interesses divergentes”¹⁰⁸. Levando em consideração os processos de impugnação movidos pela Igreja e encaminhados ao Conselho para discussão, nas atas trabalhadas de 13 bens, 7 eram de natureza religiosa, como demonstrado a seguir:

Bens tombados pelo Conselho Consultivo do Sphan (1938)			
Ata	Data da reunião	Processos discutidos	Bens tombados
1 ^a	17 de maio de 1938	4 processos	• Palácio Episcopal de Olinda (Olinda, Pernambuco); • Seminário de Olinda (Olinda, Pernambuco); • Igreja Lapa do Desterro (Distrito Federal); • Casa n^a 52 da Praça Condessa de Frontim (Distrito Federal); • Matriz de São Pedro (Rio Grande do Sul).
2 ^a	14 de junho de 1938	3 processos	• Casa à Avenida Frederico Pontes (Jequitiaia, Bahia); • Casa da Fazenda do Viegas (Rio de Janeiro).

¹⁰⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 234.

3 ^a	7 de julho de 1938	1 processo	• Capela da Jaqueira (Pernambuco).
4 ^a	10 de agosto de 1938	3 processos	• Casa à rua Marquês de São Vicente (Distrito Federal); • Prédio à Praça Quinze de Novembro (Distrito Federal).
5 ^a	28 de novembro de 1938	2 processos	• Igreja Nossa Senhora do Rosário (Porto Alegre)

Logo na primeira ata, o primeiro processo da ordem do dia, o processo 131-T fala sobre a impugnação do Palácio Episcopal de Olinda e Seminário de Olinda de propriedade da Arquidiocese de Olinda e a decisão do Conselho sobre esses bens:

[...] resolveu, por unanimidade de votos, julgar improcedente a impugnação ao tombamento do Palácio Episcopal e do Seminário de Olinda, afim de manter e tornar definitivo o referido tombamento das duas edificações, tendo também, deliberado que sejam tomadas as providências necessárias para o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de da Colina de Olinda, afim de preservar a feição histórica e os aspectos naturais. (Ata, 17 de maio de 1937)

Durante o Estado Novo, a Igreja e o governo Vargas encontraram pontos de convergência, especialmente na promoção de valores nacionalistas e conservadores. Vargas, percebendo a importância da Igreja como aliada, buscou estabelecer uma relação de cooperação, embora mantendo a autonomia do Estado em assuntos de política e governança. Mesmo havendo um encontro de interesses em algumas áreas, como a promoção de valores tradicionais e a preservação do patrimônio cultural, também haviam áreas de tensão, especialmente em questões de autonomia e controle sobre seus próprios bens.

Um aspecto fundamental da atuação da Igreja Católica no Brasil foi a preservação do seu vasto patrimônio cultural, incluindo igrejas, conventos, obras de arte sacra e documentos históricos, “tendo sido a Igreja a entidade civil mais atingida pelo ato do tombamento nesse

período, como proprietária de mais de 50% dos bens tombados então.”¹⁰⁹ A Igreja foi uma grande colaboradora na identificação de bens culturais a serem tombados. Muitos dos primeiros bens tombados pelo SPHAN eram igrejas, conventos e outros edifícios religiosos que possuíam um grande valor histórico e artístico, “foi no final da década de 1930, mais especificamente em 1938, que foi inscrito o número mais expressivo de bens (292), a maioria de arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e, sobretudo, XVIII.”¹¹⁰ Com a parceria entre o SPHAN e a Igreja Católica, Igrejas barrocas, conventos, e outros edifícios religiosos coloniais foram restaurados e protegidos, garantindo que essas estruturas pudessem ser apreciadas pelas futuras gerações. Exemplos notáveis incluem a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto e o Convento de São Bento em Salvador, ambos reconhecidos por sua riqueza arquitetônica e artística.

A julgar pelos casos de impugnação de bens religiosos presentes nas primeiras atas (Palácio Episcopal de Olinda; Seminário de Olinda; Igreja Lapa do Desterro; Matriz de São Pedro; Capela da Jaqueira; Igreja Nossa Senhora do Rosário e Igreja da Penha), é possível concluir que apesar da colaboração, a Igreja também resistiu ao tombamento de alguns bens. Os motivos variavam desde preocupações com a perda de controle sobre seus próprios bens até questões financeiras, já que o tombamento impunha restrições e responsabilidades adicionais de manutenção e conservação. O tombamento de bens religiosos gerou tensões relacionadas à autonomia e ao controle sobre esses bens. A Igreja, acostumada a uma grande autonomia em relação aos seus patrimônios – autonomia essa conquistada com a instauração da República – frequentemente via o tombamento como uma intromissão do Estado. Esse conflito de interesses exigiu negociações cuidadosas e compromissos de ambas as partes.

Acerca dos resultados proferidos aos processos julgados pelo Conselho, foi observado que os membros davam seus votos baseados naquilo que era apresentado pelo relator e dos processos tratados nas sessões a maioria recebia o mesmo veredito “julgar improcedente a impugnação para manter e tornar definitivo o tombamento”¹¹¹. Diferente do que acontecia nas outras sessões, em que os processos analisados tiveram como resultado a impugnação improcedente, na 5ª reunião, o processo nº 52 T, Monumento Igreja da Penha (Distrito Federal) que teve como relator o presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade teve como resolução:

por maioria dos votos, e contra os votos dos Shrs Raimundo Lopes, Osvaldo Teixeira e Rodolfo Gonçalves de Siqueira, **julgar procedente** a impugnação, afim de tornar insubsistente o tombamento pelos fundamentos constantes do voto do relator.¹¹²

¹⁰⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 234.

¹¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.114.

¹¹¹ Conselho Consultivo do SPHAN. Rio de Janeiro. ATAS, 10 de maio de 1938.

¹¹² Conselho Consultivo do SPHAN. Rio de Janeiro. ATAS, 28 de setembro de 1938.

Esse fato chama a atenção, pois foi o único que teve a impugnação aceita ao invés do tombamento do bem. Isso corrobora para o que foi demonstrado nas atas, os membros do Conselho julgavam os processos de impugnação de bens com base nos pareceres de seus relatores. Tomemos com exemplo o processo 54 T. Monumento: Casa da Fazenda Viegas, cujo relator foi o professor Raimundo Lopes, a resolução foi:

O Conselho resolveu, unanimemente, julgar improcedente a impugnação oferecida pelos proprietários e manter o referido tombamento, *pelos fundamentos constantes dos votos do relator* e do Shr. Afonso Arinos de Melo Franco.¹¹³

O número de processos tratados pelo Conselho era pequeno por reunião – 1ª reunião: 4 processos; 2ª reunião: 3 processos; 3ª reunião: 1 processo; 4ª reunião: 3 processos e 5ª reunião: 2 processos – e logo em seguida, havia a discussão de algum outro assunto ou não, a depender do dia, e nem sempre esses assuntos estavam ligados a preservação patrimonial. Nas primeiras atas o Conselho debateu sobre organização da Exposição Nacional de Belas Artes, com a intenção de “facilitar a inauguração do mesmo na data habitual e no local mais apropriado para esse efeito”¹¹⁴ foi elaborada uma comissão para estruturar a referida exposição. Isso demonstra os esforços e incentivos a arte e a cultura empreendidos tanto pelo MES quanto pelo SPHAN. A exposição estava sendo elaborada no sentido de proteger as obras de arte que se encontravam no edifício da Escola e Museu de Belas Artes. Ao final da 5ª reunião não há relatos sobre a realização da exposição.

Na segunda reunião, além de julgarem os casos de impugnação, o Processo 166 T aborda o Palácio Imperial de Petrópolis, no qual o diretor do museu requereu o tombamento do imóvel. O Conselho aceitou o pedido e decidiu “indicar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que notifique essa deliberação ao proprietário do imóvel, para os fins de direto”¹¹⁵

“O Conselho mostrou-se como esfera privilegiada e legítima para definições sobre que bens ou conjuntos urbanos deveriam ser protegidos”.¹¹⁶ Essa atribuição de valores esteve pautada nas concepções e posições defendidas pelos membros do SPHAN, do Conselho e do governo, assim:

[...] os intelectuais do Sphan consideravam legítimo o exercício dessa autoridade, na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação, uma vez que a sociedade ainda não tinha alcançado a

¹¹³ ATAS, 14 de junho de 1938. Grifos meus.

¹¹⁴ ATAS, 17 de maio de 1938.

¹¹⁵ ATAS, 14 de junho de 1938.

¹¹⁶ AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*. Vol. 24, n. 1 (2020), p. 207-231. p.217.

consciência desses valores. Essa concepção, como se pode perceber, era compatível com o papel assumido pelo Estado Novo em outras esferas da vida social.¹¹⁷

Nota-se que essa seleção esteve marcada pelas concepções modernistas, a construção de uma memória pioneira deveria envolver diversos campos que agregavam a suas visões, como por exemplo, a arquitetura. O ideal de patrimônio desenvolvido pelo SPHAN “determinou por um longo período o foco das ações de tombamento e conservação, principalmente nos ditos bens de pedra e cal, fazendo do edifício o objeto preferencial do sistema público oficial de preservação”¹¹⁸, sobretudo os da época colonial. E segundo Márcia Chuva:

Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial.¹¹⁹

Nesse momento foram priorizados para preservação os bens imóveis que reportassem ao período colonial, desconsiderando assim a diversidade cultural brasileira. Nesse contexto, a área da arquitetura e da restauração foram valorizados e “foi no Spahan que os arquitetos modernistas atuaram enquanto integrantes da estrutura institucional montada pelo Estado Novo”¹²⁰.

O próprio Rodrigo Melo de Franco Andrade na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1937 reconhece a importância da salvaguarda dos patrimônios naturais como sítios e paisagens, mas a ênfase foi dada aos monumentos arquitetônicos.¹²¹ A Revista do SPHAN se apresenta também como um elemento de reflexão, pois ali continham os ideais e práticas defendidos por intelectuais e membros do órgão preservacionista. Ao se debruçar sobre o primeiro número da revista temos a ênfase dada a conservação dos bens que eram considerados “testemunhos da história brasileira”.

O investimento numa produção impressa foi uma das ações eficientemente adotadas, visando uma dada forma de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e teve papel articulador de um debate entre intelectuais e propagandistas da ação institucional implementado por meio de notícias, artigos e polêmicas na grande

¹¹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 110.

¹¹⁸ CONDURU, Roberto. Artíficos para inventar e destruir. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 131-145, 2012, p. 137.

¹¹⁹ CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 147-165, 2012, p. 154.

¹²⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.94

¹²¹ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.

imprensa, assim como por meio das edições do Sphan, que somavam o caráter legitimador ao caráter divulgador de um conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado.¹²²

O primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) teve a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, mas a supervisão editorial foi feita por Rodrigo Melo Franco. A Revista naquele momento contribuía de maneira significativa para a produção de ideais acerca do patrimônio bem como do reconhecimento da importância da proteção dos bens carregados de valor. “A revista foi inaugurada visando demarcar um espaço para uma produção de excelência.”¹²³ A publicação contou com a participação de intelectuais ligados ao governo e do diretor do SPHAN – membros e funcionários do órgão e membros do Conselho Consultivo – os artigos escritos contam com uma gama de especialistas, o que coopera para a produção variada dos escritos, além disso, para uma melhor visualização os artigos que falam sobre monumentos possuem fotos reais do exterior ou do interior dos bens. A publicação foi a primeira a tratar de temáticas relacionadas a questões patrimoniais no Brasil, pois segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade os textos a respeito disso se encontravam “dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência.”¹²⁴

A Revista número 1 tem 204 páginas e o seu formato se assemelha a um livro, pois há um conjunto de artigos, reproduções ou transcrições de documentos sobre temas associados ao patrimônio e entre os artigos há fotos, plantas ou desenhos de alguns bens. Esses, em sua maioria se tratavam de bens imóveis do período colonial. O intuito primário era que a publicação fosse semestral, mas isso não ocorreu, o segundo número da Revista foi publicado no ano seguinte e as publicações se mantiveram de forma anual até 1947 – cabe ressaltar que as datas impressas nas publicações não corresponderam aos anos em que foram lançadas – após não houve uma regularidade sendo a última publicação disponível do ano de 2019, a Revista de número 40. As publicações encontram-se disponíveis no site do IPHAN.

O diretor do SPHAN abre a revista com uma apresentação da ideia que será trabalhada ao longo da revista, detalhando os objetivos da publicação de uma revista relacionada ao patrimônio e ao órgão. Segundo Rodrigo de Melo Franco Andrade:

A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um

¹²² CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p. 253.

¹²³ Ibid., p. 270.

¹²⁴ *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937. p.3.

volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores da arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.¹²⁵

A Revista do Patrimônio em 1937 apresenta uma variedade de conteúdos que refletiam os objetivos e interesses do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do regime do Estado Novo. Entre os principais assuntos abordados na revista durante esse período estão: a preservação de monumentos históricos e assuntos ligados a arte e arqueologia. A Revista também destaca a importância da preservação de monumentos históricos e arquitetônicos brasileiros, artigos e ensaios detalham os esforços de restauração e conservação de edifícios e monumentos que representavam marcos importantes da história do Brasil, como igrejas coloniais, palácios imperiais e ruínas arqueológicas. Também são debatidas questões relacionadas à arte, artigos sobre pintura, escultura, arquitetura e arte popular destacavam a diversidade e a riqueza do patrimônio artístico do país.

A revista servia como um importante meio de comunicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também se estabeleceu como um lugar dotado de legitimidade para centralizar as discussões sobre o patrimônio, divulgando suas atividades, projetos e iniciativas para o público em geral, para especialistas e para autoridades governamentais, “Assim, o Sphan também se legitimava a partir dos autores que publicava”¹²⁶. Com isso, a revista atendia a um perfil específico, os a comunidade intelectual que estava voltada para a criação e estudo da história nacional. Isso incluía a divulgação de ações de conservação, restauração, inventários e tombamentos de bens culturais em todo o país. Alguns dos principais conteúdos da revista incluíam:

- **Monumentos Históricos:** A revista destacava a importância dos monumentos históricos do Brasil, apresentando artigos e ensaios sobre igrejas, conventos, fortalezas, palácios e outras construções que representavam marcos importantes da história nacional. Esses monumentos eram analisados em seu contexto histórico e arquitetônico, destacando sua importância cultural e sua contribuição para a identidade nacional;
- **Arte Brasileira:** A Revista do SPHAN também valorizava a produção artística brasileira, apresentando trabalhos de pintores, escultores, ceramistas, entalhadores e outros artistas que contribuíram para enriquecer o patrimônio artístico do país. A revista destacava tanto

¹²⁵ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.pág. 3

¹²⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 201, p.268.

os grandes mestres da arte brasileira quanto artistas menos conhecidos, promovendo uma visão abrangente e inclusiva da produção artística nacional;

- **Arquitetura Colonial:** Um dos temas recorrentes na revista era a arquitetura colonial brasileira, que representava uma parte significativa do patrimônio histórico do país. Artigos e ensaios exploravam a diversidade dos estilos arquitetônicos coloniais, destacando sua importância como testemunhos da história e da cultura brasileiras e promovendo sua preservação e valorização;
- **Identificação e Tombamento de Bens Culturais:** Outra contribuição significativa da revista foi a promoção do tombamento de bens culturais de valor histórico e artístico. Por meio de reportagens e artigos sobre a importância de determinados monumentos e sítios para a história e a cultura brasileiras, a revista incentivava ações de proteção e tombamento por parte do SPHAN e das autoridades locais.

A publicação analisada contou com a participação de intelectuais de diferentes áreas, tais como: Historiadores (Afonso de E. Taunay e Nuto Sant'ana); Antropólogos (Heloísa Alberto Torres, Roquete Pinto e Raimundo Lopes); Arquitetos (Lúcio Costa, Paulo Barreto e Epaminondas de Macedo) ; Sociólogo (Gilberto Freyre); Historiadores da arte (Francisco Marques dos Santos, Godofredo Filho, Anibal Fernandes) e Escritor (Mário de Andrade) e “Por meio de tais discursos, difundiu-se uma ideologia institucional e também uma noção de cultura brasileira”¹²⁷. Os artigos escritos se referiam a um passado que se queria achar e preservar, passado esse situado no período colonial e com a influência portuguesa, havia ali uma construção de narrativas sobre o patrimônio e sobre a identidade nacional. A seguir temos um quadro com os títulos dos artigos, a temática trabalhada e os respectivos autores:

Artigos da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		
Título do artigo	Tema abordado	Autor(a)
Uma relíquia notabilíssima a conservar: - O Forte de São Tiago de Bertioaga	Bem imóvel colonial	Afonso d'Escragnolle Taunay
Contribuição para o Estudo da proteção ao	Arqueologia e Etnografia	Heloísa Alberto Torres

¹²⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 201, p. 253.

Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil		
Documentação necessária	Arquitetura	Lúcio Costa
Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias	Arte	Gilberto Freyre
A litografia no Rio de Janeiro	Arte	Francisco Marques dos Santos
Estilização	Arte	Roquete Pinto
Casa da Fazenda em Jurujuba	Arquitetura	Paulo Barreto
A natureza e os monumentos culturais	Bens naturais	Raimundo Lopes
Seminário de Belém da Cachoeira	Monumento religioso	Godofredo Filho
A capela de Santo Antônio	Monumento religioso	Mário de Andrade
A igreja dos Remédios	Monumento religioso	Nuto Sant'Anna
A igreja de São Francisco Xavier	Monumento religioso	Noronha Santos
A capela de N. S. de Sant'Anna	Monumento religioso	Epaminondas de Macedo

O primeiro artigo da Revista fala sobre o Forte de São Tiago da Bertioga, em São Paulo, foi escrito por Afonso de E. Taunay e discorre sobre a história e importância do bem para o valor nacional e há um apelo por sua preservação “em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo”¹²⁸. Em *Documentação necessária*, Lúcio Costa aborda a arquitetura portuguesa que restou no Brasil, segundo ele “A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada.”¹²⁹, com enfoque também

¹²⁸ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937, p.7.

¹²⁹ Ibid., p. 31.

na influência portuguesa Gilberto Freyre escreve *Sugestões para o Estudo da Arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias*:

Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas de suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.¹³⁰

Com a temática voltada para a Arqueologia e etnografia, Heloísa Alberto Torres escreve uma Contribuição para o estudo da proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil, e como na maioria dos artigos desta publicação há uma defesa da proteção de bens: “Mas o certo é que uma atuação continuada, esclarecedora e suasória e ao mesmo tempo enérgica ainda poderá salvar muita coisa do nosso patrimônio artístico e científico no domínio da antropologia.”¹³¹ e ainda sobre o alcance dos ideais da Revista, “Pequenas publicações em linguagem acessível aos leigos serão um dos elementos de que o SPHAN poderá se servir para a sua campanha nesse particular.”¹³²

Um artigo em particular se difere dos outros, pois esse não trata sobre bens coloniais, arquitetura, arte ou arqueologia, o 8º Artigo trata sobre os bens naturais: *A natureza e os monumentos culturais* foi escrito pelo antropólogo Raimundo Lopes defende que “Protege-se a natureza para bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo aos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza”¹³³

“Pode-se considerar a revista como um periódico especializado na ‘história da civilização material no Brasil’ temporalmente concentrada no período colonial português”¹³⁴. Reforçando a relevância do passado português há uma seção dedicada somente a falar sobre alguns monumentos religiosos da época colonial, são 6 artigos situados entre as páginas 99 e 151 e sobre o destaque atribuído a esses bens, na abertura da seção há uma justificativa para o tratamento dado a esses bens:

A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos mais notáveis da Baía, de Minas, do Rio ou de Pernambuco. Por certo essas obras merecem estudo acurado e estão a reclamá-lo tanto mais quanto maior ter sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os

¹³⁰REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937, p.41.

¹³¹ Ibid., p. 10.

¹³² Ibid., 14.

¹³³ Ibid., 78.

¹³⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 276.

monumentos religiosos, em detrimento dos outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros¹³⁵

É interessante notar que esses artigos que tratam de arquitetura religiosa têm diferentes abordagens, a depender do autor. Em *A capela de Santo Antônio*, Mário de Andrade diz que o ângulo de análise para tal bem tinha que ser pelo viés histórico, segundo ele: “O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico”¹³⁶, isso porque em busca por obras em São Paulo ele encontra dificuldade em achar bens parecidos com as obras arquitetônicas presentes em Minas ou as monumentos coloniais dos séculos XVIII e XIX. Já que a análise voltada pelo olhar estético não pôde ser realizada, esta deveria encontrar outro caminho:

O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. Está neste caso a deliciosa capela de Santo Antônio, no município de São Roque, a setenta quilômetros da Capital, para as bandas do oeste¹³⁷

A Revista do Patrimônio, durante o período de 1937, refletia fortemente a ideologia e a propaganda do Estado Novo, como tratava de assuntos de interesse do Estado houveram investimentos políticos que favoreceram para que a Revista fosse composta por artigos de qualidade e tivesse a colaboração de autores prestigiados no meio intelectual e acadêmico. Como veículo oficial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a revista desempenhava um papel importante na difusão dos valores nacionalistas e autoritários promovidos pelo regime de Getúlio Vargas.

Um dos aspectos mais evidentes da ideologia presente na revista era a exaltação do passado histórico e cultural do Brasil como parte da construção da identidade nacional. Artigos e ensaios destacavam a grandiosidade dos monumentos históricos, a riqueza da arte brasileira e a diversidade das manifestações culturais regionais, enfatizando a importância de preservar e valorizar esse patrimônio como parte integrante da cultura nacional. Além disso, a Revista do Patrimônio servia como uma plataforma para promover a imagem do Estado Novo como o guardião e protetor do patrimônio cultural brasileiro.

Ou seja, o intuito de ter uma publicação chefiada e disseminada pelo órgão de proteção era criar mais uma esfera para a defesa do patrimônio nacional. Assim, o apoio do governo, a

¹³⁵ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.

¹³⁶ Ibid., p.119.

¹³⁷ Ibid., P. 119.

participação de intelectuais renomados, a criação de um Conselho Consultivo e a publicação de um periódico focado em assuntos que diziam respeito ao patrimônio formaram uma forte base para a difusão de ideias ligadas a salvaguarda de bens. Tudo isso contribuiu para que o SPHAN e aqueles que o compunham ou participavam de alguma forma, tivessem autoridade para solidificar um ideal de patrimônio brasileiro.

A partir da análise das atas do Conselho Consultivo, do primeiro número da Revista do Patrimônio e dos bens tombados, pode-se concluir que a maioria dos bens preservados na década de 1930 era os de natureza religiosa, isso porque “a prioridade dada aos bens de arquitetura religiosa, que constituem a grande maioria dos bens tombados, era justificada pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas”¹³⁸, indo de encontro aos ideais compartilhados na época. A intenção de promover a proteção de bens arquitetônicos coloniais e sobretudo os monumentos religiosos era criar referências, e essas foram alicerçadas no período escolhido para a composição do passado nacional.

Além de selecionar o período para a construção do ideal de nação, os intelectuais também escolheram um estilo artístico para nortear a preservação patrimonial. Ainda que houvesse uma hierarquização de estilos, o barroco foi valorizado, sendo importante nesse processo de edificação nacional, “o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação”¹³⁹. Juntamente com o barroco, a cidade de Minas Gerais se destacou nas ações empreendidas pelo SPHAN:

Foram viagens a Minas Gerais feitas por integrantes do movimento modernista e manifestações de sua preocupação com o estado das edificações e obras de arte coloniais que despertaram intelectuais e artistas para a necessidade de uma mobilização em defesa do que passaram a considerar o estilo artístico genuinamente brasileiro.¹⁴⁰

Essas viagens a Minas Gerais legaram a cidade uma função de importância no passado nacional, como o lugar originário da sociedade brasileira. Isso se deve em parte a presença da arte barroca através dos monumentos. E segundo Fonseca:

O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional.¹⁴¹

¹³⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.108.

¹³⁹ Ibid., p.93.

¹⁴⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171, p. 167.

¹⁴¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 92.

Durante a preservação patrimonial desse período os intelectuais modernistas promoveram uma reinterpretação da arquitetura e da arte coloniais¹⁴² associando esses monumentos com sua ideologia. Tendo em vista que a preservação patrimonial propicia a construção da memória, as práticas de guardar a memória de um grupo, resulta em uma coesão social e na construção de uma identidade. “Percebeu-se a valorização do passado colonial como o cerne da história a ser contada, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade.”¹⁴³ Considerando os bens patrimoniais como “lugares de memória”, a seleção da preservação patrimonial determina aquilo que deverá ser lembrado por um grupo social. Logo, a construção da memória coletiva baseada no ideal de nação está diretamente ligada ao patrimônio histórico e cultural.

3.2 O enquadramento da memória nacional

A memória é um elemento essencial que se faz presente nos indivíduos, mais do que o simples ato de lembrar ou guardar, a memória tem a capacidade de criar, construir e edificar ações e hábitos. Uma das definições de memória é a capacidade de reter ou (re)lembrar o passado. De acordo com Le Goff, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”¹⁴⁴.

Com o advento da Modernidade há um processo de ressignificação das funções memoriais que até aquele tempo se tratavam de testemunhos do passado, algo vital para a vida em sociedade, pois através da memória se eram transmitidos os saberes, valores e tradições aos indivíduos. Segundo Nora, há nesse momento uma ruptura e ocorre a inexistência da memória, “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.”¹⁴⁵ Como resultado dos avanços do tempo e a urgência da mídia, a transmissão da memória deixou de ser algo fundamental. O autor ainda destaca que a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela deposita, como a serpente sua pele

¹⁴² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 168.

¹⁴³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 283.

¹⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003, p. 419.

¹⁴⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993, p. 7.

morta”¹⁴⁶. Dessa forma, a memória não detém mais a capacidade de fornecer um elo direto entre passado e presente, mas se tornam necessários recursos para intermediar essa relação discursiva.

O conceito de memória ganhou uma maior notoriedade a partir do século XX, e em se tratando de Ciências Sociais, esse conceito passou a ser tido como um fenômeno social, isso considerando as relações entre os indivíduos e o meio em que se encontram, as interações sociais em diferentes ambientes, tais como: familiar, religioso, político, profissional, dentre outros. Esses componentes são de extrema importância na construção de memórias e histórias dos indivíduos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.¹⁴⁷

Essa afirmação acerca da função da memória possibilita o reconhecimento de sua importância para um indivíduo ou um grupo social, e sua natureza mutável permite a sua construção. Essa possibilidade de construção da memória a expõe a momentos históricos e políticos.

Tanto a memória individual quanto a coletiva são essenciais para as dinâmicas sociais, sendo que a memória coletiva tem a capacidade de criar parâmetros e elementos de identificação comum. Assim, a memória coletiva se torna necessária para a criação de referências. Sobre essas duas categorias memoriais: a individual e a coletiva, Maurice Halbwachs as distingue conforme o passado é lembrado. Partindo da premissa de que o indivíduo nunca está sozinho, mesmo aquilo que acontece de forma solitária pode ser percebido como lembrança que se tornam coletivas. Ou seja, aqui a memória coletiva é determinante para a construção da memória individual, pois:

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.¹⁴⁸

Segundo Halbwachs, as duas memórias se correlacionam, na medida em que a memória individual integra os elementos que lhe são oferecidos de forma externa, disponibilizados pela memória coletiva. Esse movimento acaba por favorecer o preenchimento de eventuais lacunas e dar exatidão as lembranças individuais.

¹⁴⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993, p. 15.

¹⁴⁷ Ibid., p. 9.

¹⁴⁸ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, p. 72.

Essas interações e edificações memoriais resultam na criação, modulação ou reinvenção das identidades. E esse processo pode ser tido como algo natural ou intencional, considerando a influência dos meios externos nas memórias e lembranças. Le Goff, trata a identidade como indispensável na conceituação de memória, como algo a ser conquistado:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, da manifestação da memória.¹⁴⁹

Refletir sobre os as características que compõem a memória é imprescindível, pois esta se encontra diretamente ligada ao processo de formação de identidade. A partir de tais elementos, é possível reconhecer os acontecimentos passados e ainda solidificar as informações que nos são relevantes à preservação, rememoração. Pode-se afirmar que o ato de memorar contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ele acaba por conferir ao homem a capacidade de inferir informações e impressões sobre as coisas passadas.

Tanto a memória individual quanto a coletiva são essenciais para as dinâmicas sociais, sendo que a memória coletiva tem a capacidade de criar parâmetros e elementos de identificação comum. Seguindo essa lógica ‘A memória, como se disse, ‘coloniza’ o passado e o organiza na base das concepções e emoções do presente’¹⁵⁰. Assim, a memória coletiva se torna necessária para a criação de referências. Devido a isso, os regimes políticos frequentemente evocam o passado com o objetivo de fundamentar o presente.

A sociedade tem necessidade de construir uma imagem de si própria, dos vínculos sociais que a regem, e essa imagem se converte em uma crença que atualiza momentos iniciais significativos de sua formação. A ideologia é aquilo que justifica e compromete, a crença que confere caráter justo e necessário aos empreendimentos humanos.¹⁵¹

Essa reinterpretação do passado com a intenção de formar memórias é uma ação recorrente dos Estados que almejam produzir uma harmonia social através da adoção de práticas e meios que propiciem a criação de meios significantes comuns. Esse contato com a memória fornece aos governos a legitimação de seus sistemas e ideais, para tanto é crucial que ocorra um processo de seleção do passado. E essa escolha do passado quando pautada em alicerces

¹⁴⁹ LE GOFF, Jacques. História e memória. 7ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 435.

¹⁵⁰ SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.66.

¹⁵¹ OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 9.

que despertam um sentimento de pertencimento, produz uma memória que pode ser tida como algo natural:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.¹⁵²

Esse trabalho de organização e seleção da memória foi presenciado no período do Estado Novo, pois o governo e seus componentes detinham o desejo de romper com a política e os ideais vigentes da Primeira República, ‘era o passado “verdadeiro” contra a persistência de um passado indesejável.’¹⁵³

No entanto, Michael Pollak alerta para a capacidade de construção da memória, pois esta pode ser consciente ou inconsciente. No caso da estruturação de um ideal de nação – algo que foi buscado no Estado Novo – a construção da memória foi intencional e objetivava semear uma ligação entre os membros da sociedade com vista a propagar um sentimento de identidade. O elo entre sociedade e governo era essencial naquela época, pois contribuía para a legitimação do regime por intermédio da coesão social.

Esse processo de organização da memória culmina em um trabalho de enquadramento de memória¹⁵⁴ e participam desse procedimento profissionais de história e de preservação. A elaboração de discursos sobre acontecimentos e personagens, e objetos materiais são resultantes do enquadramento da memória

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.¹⁵⁵

No caso brasileiro esse processo de enquadramento da memória exercido pelos intelectuais no Estado Novo esteve relacionado a uma recuperação das tidas raízes nacionais. Nesse sentido, a preservação patrimonial atendeu aos anseios de gestores concentrados em construir uma identidade nacional ao promover a salvaguarda de bens considerados lugares de memória. De acordo com Márcia Chuva:

Se os historiadores produzem o passado e é o passado que faz uma nação, os historiadores do patrimônio fazem política, inventando o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais que circunscrevem os limites

¹⁵² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P. 200-212, p. 2.

¹⁵³ RUBINHO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1991, p. 113.

¹⁵⁴ POLLAK, Michael, op. cit., p. 6.

¹⁵⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

da nação. Sabemos que o trabalho do historiador ao fabricar um patrimônio no seu próprio ofício da escrita e da história está integrado a um projeto de nacionalizar, de construir o Estado e, portanto, de poder.¹⁵⁶

A proteção de bens patrimoniais naquele período se resumiu a bens imóveis de natureza colonial. Segundo o ideal adotado “A memória é guardada e solidificada na pedra”¹⁵⁷, nos monumentos e esses propagam o sentimento de pertencimento, permitindo aqueles que com eles tenham contato se apropriem de suas lembranças e as associem com o seu passado e suas origens.

A ligação entre patrimônio e memória proporciona a construção de uma história e esse processo estrutural da memória culmina em um sentimento de identidade. Entretanto os diferentes atores entrelaçados nesse processo dificultam a ocorrência de uma homogeneização de ideias e essa divergência idealística acaba por originar conflitos. Desse modo a construção da memória, principalmente a memória nacional, se apresenta como elementos de disputas pessoais e políticas.

A memória nacional é um exemplo da possibilidade da construção da memória e essa capacidade de elaboração propicia à política ou aos grupos dominantes a capacidade de criar ou recriar uma história, ou seja, permite o enquadramento da memória. Nesse sentido, a ação política tem a habilidade de interligar “memória, identidade e representação nacional”¹⁵⁸. Essa relação entre política e memória é determinante para a sociedade e sobre essa questão Chagas afirma:

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.¹⁵⁹

A reconfiguração do passado através da memória pelos Estados é possível graças a existência de uma ausência de coesão social, o que demanda a criação de símbolos que condizem com os anseios dos grupos representantes da nação. Pois “Somente quando a identidade é posta em dúvida é que se faz necessário recorrer à memória e à narrativa memorial

¹⁵⁶ CHUVA, Márcia. *Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, p. 11-24, 2012, p. 11.

¹⁵⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

¹⁵⁸ CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 136-167, p. 136.

¹⁵⁹ Ibid., p. 136.

para construir ou (re) afirmar uma identidade.”¹⁶⁰ O rompimento com a Primeira República exigiu ao Estado Novo selecionar meios para a composição de um passado nacional.

O Estado detém a possibilidade de construir memórias e identidades por meio do ato de enquadramento da memória, pois nessa produção de significados a memória proporciona a criação de identidade. Nessa lógica, “memória e identidade podem perfeitamente ser negociados”¹⁶¹ por grupos dominantes ou pelo Estado. O Estado Novo foi marcado por uma busca constante de uma fundamentação da nova ordem estabelecida e nesse contexto a memória assumiu um papel de destaque. A construção de um passado nacional foi presenciada nesse período. Essa produção de símbolos foi essencial no Estado Novo, pois nesse período se objetivava a promoção de uma unidade nacional para favorecer o ideal de nação. Assim, “os símbolos são relevantes para afirmação e identificação de um povo como nação.”¹⁶²

A recuperação do passado adquire, portanto, espaço expressivo no discurso, que busca mostrar o novo Estado como o realizador do passado. O presente realiza o que o passado não pôde realizar devido aos obstáculos que lhe foram impostos “de fora para dentro”. Assim, o Estado novo coloca-se como o divisor de águas entre o “velho Brasil” e o “Brasil novo”, possibilitando ao país retomar os seus “verdadeiros” caminhos, a partir do abandono das fórmulas liberais.¹⁶³

Ao ser utilizada pelo Estado, a memória se apresenta como um elemento discursivo, que narra o passado conforme os conceitos defendidos por quem domina o seu uso. A sua relação com o presente permite a memória ser uma construção eficaz do passado, que atende aos objetivos do momento atual: “a memória é o instrumento que permite a atuação do passado no presente por meio das lembranças”¹⁶⁴.

Ao findar com as práticas oriundas da Primeira República, o regime estado novista arquitetou a constituição de uma identidade ligada a cultura nacional. Originar um ideal de identidade alicerçado no Estado correspondia aos meios centralizadores e unificadores do Estado Novo. No processo de construção nacional varguista os componentes do governo se comprometeram em estabelecer um vínculo entre indivíduo e nação.

Diante disso, é inegável o papel modelador da memória em relação à identidade, pois o que é objeto de rememoração, a forma como é rememorado e o significado atribuído ao passado, no presente determinam o modo como a identidade será reconstruída, reafirmada. Isto é, a memória promove uma revisão autocrítica que interfere na

¹⁶⁰ SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, v. 16, n° 1, 2014, p. 110.

¹⁶¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P. 200-212, p. 5.

¹⁶² BARBOSA, Y. A. M. *O papel do IPHAN na construção da brasilidade*. Virtú, v. 8, 2007, UFJF.

¹⁶³ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.86.

¹⁶⁴ SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, v. 16, n° 1, 2014, p. 104.

maneira como o indivíduo se percebe, como se mostra aos demais e como se deixa perceber, ou seja, a memória influencia na identificação do sujeito.¹⁶⁵

Essa vinculação entre indivíduo e nação é proporcionada também pela preservação patrimonial, pois por se tratarem de “lugares de memória” os bens patrimoniais tem o poder de fecundar um sentimento de identificação social através das lembranças que portam.

A valorização de bens patrimoniais foi de extrema importância no processo de edificação da memória nacional empreendido pelo Estado Novo, “Ações políticas dessa ordem são, por exemplo, perpetradas por instituições que tratam da preservação e da difusão do denominado ‘patrimônio cultural material e imaterial’.”¹⁶⁶ Ao ser criado, o SPHAN esteve encarregado de construir a “história oficial” do Brasil. Isso se deu na seleção dos elementos que integrariam a memória social e estes estavam relacionados a arquitetura modernista.

As práticas de preservação patrimonial oportunizam o manuseio da memória por regimes políticos. Essa ação de construção memorial tem fundo didático, com o intuito de prover ensinamentos, de propagar uma visão uníssona do passado, algo que deva ser internalizado de maneira a engendrar uma formação social harmoniosa. Chagas trata dessa revitalização da memória pelo Estado como memória política e acerca disso ressalta que:

[...] a transmissão da memória política, ao valer-se de documentos, no sentido mais amplo do vocabulário, tem também uma intenção pedagógica, um desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois, uma vontade de formar e produzir continuidades.¹⁶⁷

“A história evocativa, onde o monumento assume caráter probatório, viria com o Sphan.”¹⁶⁸ A principal prática de preservação adotada pelo órgão de proteção nessa época foi o tombamento. Nessa perspectiva, “O tombamento é o momento por excelência do processo de preservação. É um discurso, pois diz algo sobre o bem, é instituinte, pois lhe confere história.”¹⁶⁹, logo, a prática de tombamento cria memórias.

Essa memória organizada como a memória nacional é discursiva e o tombamento ao resguardar bens considerados como patrimônio da nação, os reveste da tarefa de contar uma

¹⁶⁵ SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, v. 16, nº 1, 2014, p. 111.

¹⁶⁶ CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 136-167, p. 136.

¹⁶⁷ Ibid., p. 139.

¹⁶⁸ RUBINHO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1991, p. 32.

¹⁶⁹ Ibid., p. 10.

história. ‘O tombamento retira o bem do fluxo da história cotidiana e o coloca no fluxo da “outra” História, aquela disciplinar e narrada.’¹⁷⁰

Dentro dessa visão, os bens patrimoniais “são propulsores do processo memorial, são eles que despertam a memória e fazem emergir as mais intensas imagens do passado.”¹⁷¹ A memória brasileira construída no Estado Novo foi alicerçada nos bens de “pedra e cal”, no ato de preservação o SPHAN privilegiou os bens imóveis e como consequência “os documentos de identidade da nação passaram a ser os monumentos edificadas”¹⁷².

O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. Pois, “o que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca das raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava construir.”¹⁷³

Assim, “O processo de construção da nacionalidade deve, portanto, priorizar o princípio de autoridade”¹⁷⁴. O passado que foi construído no Estado Novo esteve baseado na autoridade tanto do chefe do governo quanto de seus participantes, como os intelectuais que regiam o SPHAN. Além de autoridade, o SPHAN possuía autonomia para tomar decisões, isso culminou na divulgação de um ideal que refletia as visões do grupo que o compunha. “À elite intelectual cabe, portanto, a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista.”¹⁷⁵

Os intelectuais modernistas que ficaram encarregados de criar um passado nacional brasileiro dispunham de meios capazes controladores da memória da nação. Esses meios estão relacionados também com as medidas preservacionistas que foram desenvolvidas pelo SPHAN. Mas ao selecionar em sua maioria bens arquitetônicos de natureza colonial, o órgão de proteção acabou por não considerar as características do povo brasileiro, em sua heterogeneidade. Através daquilo que foi preservado é possível perceber os elementos que foram escolhidos para participar da memória da nação brasileira. O Estado brasileiro nesse caso, ‘mobiliza uma série

¹⁷⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 108.

¹⁷¹ SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, v. 16, nº 1, 2014, p. 107.

¹⁷² RUBINHO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1991, p. 131.

¹⁷³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 86.

¹⁷⁴ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 145.

¹⁷⁵ Ibid., p. 78.

de recursos específicos que asseguram a produção e a divulgação de um certo conjunto de ideias que conformam o seu projeto político.’¹⁷⁶

Dessa forma, tanto os intelectuais quanto Vargas estiveram preocupados com a estruturação do passado, em específico o passado colonial. Entretanto essa construção social não foi efetuada de forma global, pois considerou as noções de uma classe. Portanto a memória que fora preservada não pertence a sociedade de uma maneira natural, mas foi herdada de um grupo dominante que impôs a disseminação de sua própria ideologia através da preservação patrimonial. Os intelectuais difundiram sua visão de passado brasileiro por meio da salvaguarda de bens:

O fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do Sphan, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face dos critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista.¹⁷⁷

De acordo com que foi discutido aqui e como salienta Pollak, a memória pode ser construída. Seguindo essa lógica, sendo a preservação patrimonial um meio de guardar a memória de uma sociedade, o Estado determina o que comporá a memória coletiva. Com isso, no período do Estado Novo a criação do passado nacional foi proporcionada pelo enquadramento da memória através da proteção dos bens patrimoniais. “Assim, a preservação participa de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento.”¹⁷⁸ Pode-se afirmar que a memória oficial cunhada pelo Estado Novo foi excludente ao privilegiar as visões de alguns segmentos da sociedade.

Através da seleção e preservação de bens culturais, o SPHAN e o Conselho Consultivo tiveram papel decisivo na definição do patrimônio nacional, baseando suas escolhas em critérios técnicos e científicos, influenciados pelas perspectivas de seus membros. O processo de tombamento e a atuação dos intelectuais modernistas foram fundamentais para integrar o ideário de patrimônio ao projeto de construção da nação brasileira, evidenciando a interdependência entre políticas culturais e a formação da identidade nacional.

A criação do SPHAN, sob a liderança de intelectuais modernistas, foi um marco na institucionalização da política de patrimônio no Brasil. A atuação do órgão não se limitou à

¹⁷⁶ GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 109.

¹⁷⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 110.

¹⁷⁸ CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 136-167, p. 160.

simples catalogação de bens históricos, ela envolveu uma cuidadosa seleção baseada em critérios técnicos, históricos e estéticos, que buscavam destacar a importância desses bens para a formação da memória coletiva nacional. O processo de tombamento iniciado em 1937, portanto, não foi apenas uma atividade burocrática, mas uma ação estratégica para fortalecer a coesão social e a identidade cultural brasileira.

A centralidade da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e o papel decisivo dos arquitetos do SPHAN, coautores dos critérios de seleção, foram fundamentais para definir as características básicas do patrimônio que estava sendo delineado. A atuação do Conselho Consultivo em 1937, especialmente evidenciada nas atas das reuniões, demonstra a seriedade e o rigor com que foram tratados os processos de seleção e preservação dos bens culturais.

Tão marcante quanto a criação do SPHAN e o Conselho Consultivo foi a publicação de um editorial exclusivo para tratar de causas patrimoniais, a Revista do Patrimônio número 1 reforçou o ideal de patrimônio que estava sendo edificado e contribuiu para a proteção de bens arquitetônicos da época colonial, sem sua grande maioria, igrejas. Com uma seção inteira com artigos dedicados a tratar de bens religiosos fica claro a importância e a defesa desse tipo de monumento para o momento inicial da atuação do SPHAN. Assim, o enquadramento memorial que foi praticado foi direcionado e bem arquitetado por aqueles que dele participou, originando um referencial identitário.

CONCLUSÃO

Ao longo da dissertação, foi evidenciado que a preservação do patrimônio é fundamental não apenas para a manutenção e criação de memórias, mas também para a promoção de um senso de continuidade e pertencimento entre as gerações. O patrimônio cultural é um conceito que entrelaça passado, presente e futuro, sendo moldado no presente para criar referências do passado e protegê-las para as gerações futuras. Ele é resultado de uma escrita do presente que remodela o passado coletivo de uma sociedade. A memória contida no patrimônio traz de volta o passado através do pensamento. Os bens patrimoniais carregam essa memória e produzem referências para o presente, contribuindo para a construção da memória coletiva.

A conclusão deste estudo revela a complexidade e as implicações das ações do governo no contexto histórico, social e cultural do Brasil. O regime autoritário, liderado por Getúlio Vargas, utilizou a cultura como uma ferramenta estratégica para consolidar o poder e promover a ideologia do nacionalismo. Entretanto, apesar das intenções do governo, as políticas culturais tiveram efeitos ambíguos. Por um lado, contribuíram para a disseminação de um ideal homogeneizador e para a valorização de manifestações culturais anteriormente marginalizadas. Por outro lado, impuseram uma visão limitada e controlada da cultura brasileira, suprimindo a diversidade e a pluralidade cultural em prol de uma narrativa oficial. Essas políticas de memória não foram apenas mecanismos de propaganda, mas também instrumentos eficazes de controle social.

O ideal nacional almejado pelo regime do Estado Novo foi alcançado graças a forte participação de intelectuais no governo e a criação de políticas públicas, dentre elas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua adoção da noção de patrimônio. Ambas características propiciaram a construção da memória na medida em que propagaram o sentimento de pertencimento e identidade social, tanto na produção de discursos e simbolismos quanto na significação e salvaguarda de bens patrimoniais. Essas práticas estiveram orientadas pela centralização pretendida pelo governo de Vargas e foi um integrador social, pois ofereceu referências comuns ancoradas no passado.

Todavia, apesar de se empenhar na criação de meios homogeneizadores para a sociedade brasileira – visando minar as diferenças e embates regionais da Primeira República – o Estado Novo não aglutinou em seu ideal de nação as características do povo brasileiro de forma geral. Pois ao selecionar grupos étnicos e um período específico da história, a memória nacional não contemplou aquilo que estava externo ao que fora delimitado por intelectuais e governo. As

práticas preservacionistas executadas nessa época correspondiam as perspectivas governamentais, ou seja, guardavam a memória que se encaixava em suas visões nacionais.

A instrumentalização da memória nacional pelo SPHAN durante o Estado Novo foi um processo deliberado e sistemático de seleção, preservação e promoção de aspectos específicos do patrimônio histórico e cultural brasileiro. A seleção dos bens culturais a serem protegidos não era um processo neutro. Os critérios de seleção representavam uma visão específica da história e da cultura brasileiras, alinhada com os objetivos do regime de Vargas. Monumentos e edifícios que simbolizavam a grandeza do passado colonial e imperial eram frequentemente priorizados. Igrejas barrocas, casarões e outros edifícios históricos que retratavam a opulência e a importância do Brasil colonial foram amplamente preservados e restaurados. Essa seleção intencional contribuía para a construção de uma narrativa histórica que exaltava a continuidade e a grandiosidade da nação brasileira.

O tombamento retirava os bens do fluxo da história cotidiana, conferindo-lhes um status especial e um papel de testemunhos da história nacional, criando uma memória discursiva e institucionalizada. Essa ênfase na preservação do patrimônio ligado ao passado colonial português resultou na exclusão de outros aspectos. Elementos culturais ligados às populações indígenas, afro-brasileiras e outros grupos marginalizados eram regularmente negligenciados ou subvalorizados. Essa omissão refletia uma visão eurocêntrica e elitista da história nacional, que perpetuava desigualdades e silenciava vozes dissidentes. A exclusão de certos patrimônios culturais ressaltava as limitações e contradições das políticas de preservação do SPHAN.

A análise dos discursos e práticas de preservação do período do Estado Novo fornece insights sobre como o passado barroco foi reinterpretado e reapropriado para servir a objetivos contemporâneos, revelando os desafios inerentes a essa construção identitária. O controle ideológico exercido pelo Estado Novo também se manifestava na censura de narrativas alternativas que questionavam ou contradiziam a visão oficial da história nacional. Obras literárias, artísticas e historiográficas que apresentavam perspectivas críticas eram frequentemente censuradas ou reprimidas. Esse controle ideológico assegurava que a construção da memória nacional fosse conduzida de acordo com os interesses do regime, silenciando vozes que poderiam desafiar a hegemonia do discurso oficial.

Através da criação de um Conselho Consultivo e da publicação de um periódico focado em temas patrimoniais, o SPHAN solidificou um ideal de patrimônio brasileiro. O Conselho atuava como uma esfera privilegiada e legítima para definir quais bens ou conjuntos urbanos deveriam ser protegidos, pautando-se nas concepções modernistas e no ideal de patrimônio desenvolvido pelo órgão preservacionista, que priorizava bens materiais e arquitetônicos do

período colonial. As atas analisadas revelam a importância dada à arquitetura colonial e a construção de uma memória nacional que envolvia diversas áreas, incluindo a arquitetura e a restauração. A ênfase na preservação de monumentos arquitetônicos reflete as concepções dos intelectuais do e do governo, que promoviam o Estado como intérprete e guardião dos valores culturais da nação, compatível com o papel assumido pelo regime em outras esferas da vida social.

A escolha do passado no Estado Novo foi viável graças a possibilidade de construção da memória. Essa possibilidade de construção coloca a memória exposta a distintas maneiras de seu uso. Esse enquadramento memorial se fez presente no referido período, pois o Estado determinou os elementos participantes da memória da nação, pautado nos ideais e necessidades surgidas no momento. Como a preservação patrimonial tem a função de guardar bens detentores de memórias, essa prática, junto ao órgão responsável – o SPHAN – participou desse processo memorial no Estado Novo.

Portanto, a partir do que foi discutido é possível afirmar que há um poder embutido na preservação patrimonial. Isso porque a memória enquanto uma construção pode ser manuseada por grupos dominantes e a preservação patrimonial pode ser usada como objeto dessa construção, disseminando visões através da dotação de significados, pode ser tida assim, como meio de fortalecimento de um ideal. A integração do patrimônio cultural ao projeto de construção nacional do Estado Novo demonstra como a preservação da memória histórica pode servir como um instrumento poderoso para a promoção de ideais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*. Vol. 24, n. 1 (2020), p. 207-231.
- AMARAL, Adriana Facina Gurgel. *Uma Enciclopédia à Brasileira: O Projeto Ilustrado de Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio, 1997.
- BARBOSA, Y. A. M. *O papel do IPHAN na construção da brasilidade*. *Virtú*, v. 8, 2007, UFJF.
- BOMENY, Helena. *Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política*. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Bragança Paulista (SP): Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.11-35.
- BOSE, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 1, n.1, p. 199-200, 1987.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia. Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, p. 11-24, 2012.
- _____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- _____. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 147-165, 2012.

CONDURU, Roberto. Artífícios para inventar e destruir. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 131-145, 2012.

Conselho Consultivo do SPHAN. Rio de Janeiro. *ATAS*, 1938.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: Bomeny, Helena (Org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Bragança Paulista: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.p. 85-101.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

_____. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. “*Essa gente do Rio... Os Intelectuais cariocas e o modernismo*”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993, 62-77.

GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de M. *Primeira República: um balanço historiográfico*. In: *Revistas Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, pp. 244-280, 1989.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 25-33.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio*, nº. 34, 2012.

_____. *Memória, história e historiografia*. In: *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: MHN, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, p. 72.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v.21, n. 39, p.19-76, jul. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993.

OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 4, n.4, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P. 200-212.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.

RUBINHO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1991.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Glaci Terezinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. Porto Alegre, 2010. 138 f.

SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, v. 16, nº 1, 2014.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, Ano VII, n. 2, mai/ago. 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.